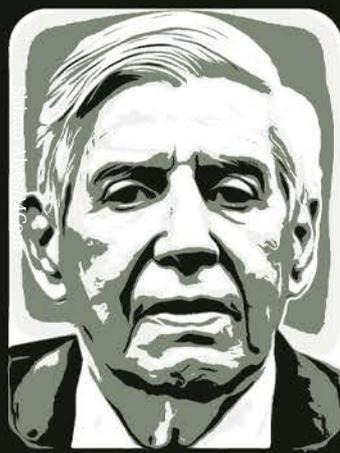


ANISTIA A CONDENADOS POR GOLPE DE ESTADO
SERIA RETROCESSO IGUALMENTE HISTÓRICO

GOLPE NUNCA MAIS



Em decisão histórica, STF condena Bolsonaro e generais por tentativa de golpe; enquanto isso, a anistia surge no Congresso como afronta à democracia e à soberania nacional

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 16 de setembro de 2025 Nº 207

Os condenados: as penas e os crimes do núcleo central da tentativa de golpe julgada pelo STF

“Conhecimento liberta. A extrema direita não quer um povo educado”, afirma Chico Pinheiro

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

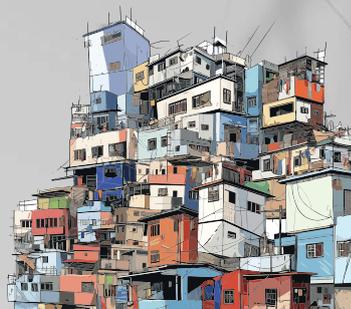
»» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : ▶ /FundacaoPerseuAbramo



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





Condenação histórica

O STF condenou Bolsonaro e militares por tentativa de golpe, numa decisão histórica. Agora, o Congresso discute anistia, medida que ameaça a soberania nacional e coloca em xeque a democracia. **pág. 04**

CAPA

Os condenados: as penas e os crimes do núcleo central da tentativa de golpe julgada pelo STF

pág. 04

Ato em SP condena anistia e defende democracia e soberania nacional

pág. 06

Julgamento de Bolsonaro: 2º dia foi marcado por clima menos tenso; saiba mais sobre as estratégias das defesas

pág. 08

Julgamento: voto de Cármen Lúcia consolida maioria para condenação de Bolsonaro

pág. 09

Confira voto de Moraes para condenar Bolsonaro como líder de organização criminosa

pág. 10

A democracia e a soberania brasileiras são inegociáveis,

afirma Lula em artigo no New York Times

pág. 12

BRASIL

Maior mutirão da história do SUS realiza mais de 34 mil atendimentos em um dia

pág. 14

Nova lei cria Carteira Nacional Docente para valorizar professores e ampliar benefícios

pág. 16

Governo federal estuda tarifa zero no transporte público

pág. 17

Roraima conectado ao SIN: Lula inaugura Linhão Manaus-Boa Vista com investimento de R\$ 3,3 bi

pág. 20

ENTREVISTA

Chico Pinheiro - “Conhecimento liberta. A extrema direita não quer um povo educado”

pág. 21

ECONOMIA

Emprego e renda em alta: Brasil tem menor desocupação desde 2012 e massa salarial recorde

pág. 31

PT

Tecnologia social nas periferias pode alavancar transição ecológica

pág. 27

POLÍTICA

Lewandowski oferece apoio federal para apurar execução de ex-delegado em SP

pág. 33

CCJ inicia processo de cassação de Carla Zambelli com depoimento de hacker

pág. 34

Governo agradece Justiça argentina por identificação de brasileiro morto na ditadura

pág. 36

Senado aprova proposta do PT para reduzir impactos do tarifaço dos EUA

pág. 37

CPMI do INSS: “Careca do INSS” cancela depoimento e comissão convoca familiares de acusados

pág. 40

CULTURA

Safra celebrada do cinema nacional leva “O Agente Secreto” a representar o Brasil no Oscar 2026

pág. 42

INTERNACIONAL

O futuro da Argentina passa pela unidade do peronismo

pág. 45



Os condenados: as penas e os crimes do núcleo central da tentativa de golpe julgada pelo STF

STF condena Bolsonaro e aliados por tentativa de golpe; enquanto isso, Câmara discute projeto de anistia que ameaça a democracia

Redação Focus Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu nesta quinta-feira (11) o julgamento do chamado núcleo crucial da trama golpista, condenando Jair Bolsonaro e outros sete aliados pelos crimes de tentativa de golpe de

Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

A decisão da Primeira Turma foi por 4 votos a 1, com apenas o ministro Luiz Fux divergindo parcialmente. A ministra Cármen Lúcia e o ministro Cristiano Zanin acompanharam Alexandre de Moraes, relator do caso, e Flávio Dino.

As penas do núcleo golpista

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi sentenciado a 27 anos e 3 meses de prisão, além de ficar inelegível pelo período previsto na Lei da Ficha Limpa. Seu ex-vice e ministro da Defesa, Walter Braga Netto, recebeu 26 anos.

Outros militares de alta patente também foram punidos: Almir

Condenados pelo STF no Núcleo 1 da trama golpista



Jair Bolsonaro – ex-presidente da República
Crimes: tentativa de golpe, organização criminosa armada, dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado.
Pena: 27 anos e 3 meses



Walter Braga Netto – ex-ministro da Defesa e candidato a vice
Crimes: mesmos do núcleo central.
Pena: 26 anos



Almir Garnier – ex-comandante da Marinha
Crimes: tentativa de golpe, organização criminosa armada.
Pena: 24 anos



Anderson Torres – ex-ministro da Justiça
Crimes: tentativa de golpe, omissões estratégicas, organização criminosa.
Pena: 24 anos



Augusto Heleno – ex-ministro do GSI
Crimes: articulação golpista, ataque às urnas.
Pena: 21 anos



Paulo Sérgio Nogueira – ex-ministro da Defesa
Crimes: tentativa de golpe, instigação de intervenção militar.
Pena: 19 anos



Alexandre Ramagem – deputado federal, ex-diretor da Abin
Crimes: uso político da Abin, organização criminosa.
Pena: 16 anos, 1 mês e 15 dias



Mauro Cid – ex-ajudante de ordens de Bolsonaro
Crimes: colaboração na trama golpista.
Pena: 2 anos em regime aberto (benefícios pela delação premiada)

STF condenou Bolsonaro e mais sete aliados por tentativa de golpe de Estado, organização criminosa armada e outros crimes. Penas variam de 2 a 27 anos de prisão

Garnier, ex-comandante da Marinha, e Anderson Torres, ex-ministro da Justiça, foram condenados a 24 anos cada; Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, a 21 anos; e Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa, a 19 anos.

O ex-diretor da Abin e hoje deputado federal, Alexandre Ramagem, foi condenado a 16 anos, um mês e 15 dias. O tenente-coronel Mauro Cid, que firmou acordo de delação premiada, cumprirá dois anos em regime aberto, com benefícios previstos na colaboração.

Com a decisão, o STF fixou um marco histórico: é a primeira vez que um ex-presidente da República e generais das Forças Armadas são condenados por tentativa de ruptura democrática no Brasil.

Ameaça de anistia

Enquanto o Supremo endurece na responsabilização, o Congresso discute um movimento oposto. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), convocou reunião de líderes para deliberar sobre a urgência do projeto de lei que concede anistia ampla aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro.

**Bolsonaro
recebeu a maior
pena: 27 anos
e três meses
de prisão, em
decisão inédita
contra um
ex-presidente da
República.**

A proposta, defendida pelo PL de Bolsonaro, é vista pela base governista como uma afronta à Constituição. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou: “Golpe contra a democracia não se perdoa: quem planejou deve responder perante a Justiça”.

Já a oposição argumenta em nome da “pacificação nacional”. O líder do PL, Sóstenes Cavalcante,

declarou que “a anistia não ignora os erros, mas abre a porta para a reconciliação”.

No Senado, a resistência é maior. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), considera inaceitável uma anistia ampla e discute alternativas. Caso aprovado no Congresso, o projeto deve ser vetado pelo presidente Lula, o que abriria novo embate político.

Democracia em disputa

A decisão do STF e a movimentação no Legislativo escancaram a disputa em torno da memória e da punição do golpe frustrado. De um lado, a Suprema Corte reafirma que não há democracia sem responsabilização. Do outro, setores conservadores tentam reverter as condenações no campo político.

A eventual aprovação de uma anistia seria um retrocesso profundo e uma ameaça direta à soberania nacional. Para além das penas individuais, o julgamento deixou claro que os ataques de 8 de janeiro não foram “um passeio de domingo”, mas parte de uma estratégia organizada para subverter a vontade popular expressa nas urnas. ■



Agência Brasil

Ato em SP condena anistia e defende democracia e soberania nacional

Na 12ª edição do Direitos Já!, ministro do STF alertou para momento difícil da democracia e vice-presidente chamou golpistas de traidores, reforçando condenações do Supremo

Agência Brasil

No Dia Internacional da Democracia, o Fórum pela Democracia realizou na noite dessa segunda-feira (15), no teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o Tuca, a 12ª edição do ato Direitos Já! – Em Defesa da Democracia e da Soberania Nacional.

Criado em 2019 como resposta à escalada autoritária no Brasil, o movimento Direitos Já! atuou na articulação da frente ampla que apoiou o então candidato Luiz

Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022. Participaram do ato de ontem lideranças políticas de diferentes partidos, representantes da sociedade civil, artistas, intelectuais, juristas e líderes religiosos.

O idealizador e coordenador-geral do movimento, Fernando Guimarães Rodrigues, leu um manifesto em defesa da democracia, da soberania nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), contra a ingerência dos Estados Unidos no Brasil e a anistia daqueles que atacaram o regime democrático no país.

“Derrotamos uma tentativa de golpe de Estado desfechada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e

seus aliados que, processados nos termos da lei, foram condenados por seus crimes. Contudo, a Justiça brasileira enfrentou uma agressiva tentativa de ingerência do presidente norte-americano Donald Trump em favor dos golpistas, com a imposição de tarifas de 50% às exportações brasileiras e um ataque indigno e ilegal ao ministro relator do caso na Corte Suprema”, disse.

O manifesto propôs às forças democráticas do país uma grande mobilização em defesa da liberdade, dos direitos fundamentais e da soberania nacional. “Que a celebração do Dia Internacional da Democracia seja um marco da mobilização necessária para



garantirmos a sobrevivência da liberdade, dos direitos fundamentais e da nossa soberania nacional que deriva da vontade popular e está definida na Constituição Federal”.

Anistia

De acordo com o manifesto, a pressão antidemocrática do governo norte-americano contra o Brasil resultou de articulações da família Bolsonaro e de parlamentares aliados, que estimularam a intervenção na política brasileira.

“[Esses] são verdadeiros atos de traição aos interesses do nosso país. Agora, diante da condenação dos golpistas pelo STF, pressionam deslealmente o Congresso por uma anistia anticonstitucional para eles e para os que tentaram criar o caos com a depredação das sedes da Suprema Corte, do Parlamento e do Executivo em 8 de janeiro de 2023”.

“O direito, contudo, já consi-

dera que anistiar quem violou as regras democráticas, e sequer reconhece a sua legitimidade, é a outra face do golpismo, que favorece a possibilidade de que novos ataques sejam desferidos contra o regime sem que os autores paguem por seus crimes”, diz o documento.

Secretário-geral da ONU

Em mensagem enviada aos organizadores do ato, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, defendeu a democracia e disse que viveu na pele uma ditadura.

“Nossa legitimidade e nosso propósito derivam daqueles a quem servimos. Reafirmaremos a democracia como uma força de dignidade, inclusão e paz. E trabalhemos juntos para que ela produza resultados para todos. Uma democracia que exclui não é democracia. Aos que buscam desacreditar ou enfraquecer a democracia, digo o seguinte: eu vivi

sob uma ditadura. E junto a muitos outros, ajudei a reconstruir a democracia em Portugal. E sei a diferença”.

Momento difícil

O ministro do STF, Gilmar Mendes, destacou o momento difícil pelo qual passa a democracia brasileira. Ele ressaltou, no entanto, que as instituições do país têm conseguido resistir aos ataques.

“Raramente, nós vivemos um momento tão difícil nesses 40 anos de democracia, 37 anos da Constituição de 1988. Mas as instituições têm sabido ser resilientes e é fundamental o apoio da sociedade civil ao Supremo e a todas as instituições nacionais”, disse. Mendes que esteve presente no início do evento e deixou a mensagem gravada.

Traição

Último a discursar no ato, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, classificou como traidores os autores da tentativa de golpe e elogiou a Justiça por tê-los condenado à cadeia.

“Se perdendo a eleição tentaram dar um golpe, imagine se tivessem ganho a eleição. E o pior: mesmo fora do governo, continuam trabalhando contra o interesse do povo brasileiro lá fora, espalhando fake news para prejudicar o emprego e as empresas no Brasil”.

“Não pode haver delito maior para um político do que tramar contra a democracia brasileira. Então, fez muito bem o Poder Judiciário”, acrescentou.

Alckmin encerrou sua fala lembrando uma das frases memoráveis de Ulysses Guimarães. “[Vim] trazer um abraço muito carinhoso, matar saudades de muitos aqui, conhecer amigos novos e lembrar o saudoso Doutor Ulysses: Traidor da Constituição é traidor da pátria. Viva a democracia”. ■



Julgamento de Bolsonaro: 2º dia foi marcado por clima menos tenso; saiba mais sobre as estratégias das defesas

Na tentativa de afastar réus da trama golpista, advogados de Jair Bolsonaro, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto foram ouvidos nesta quarta-feira; Leia a revista completa

Redação Focus Brasil

Na quarta-feira (3), aconteceu o segundo dia do julgamento da ação penal 2668 no Supremo Tribunal Federal, que julgou os atos antidemocráticos do núcleo 1 (oito acusados), e trouxe mais uma rodada de argumentações dos advogados de defesa dos réus.

A primeira turma da corte, composta por Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Luiz Fux, ouviu

e tomou notas das sustentações dos defensores de Jair Bolsonaro, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto.

A sessão foi mais curta e marcada por um clima menos tenso do que foi observado no primeiro dia, incluindo um plenário mais vazio em relação à véspera. Os advogados chamados à tribuna foram: Celso Vilarde e José Luis de Oliveira Lima, Matheus Milanez, Paulo Bueno Cunha e Andrew Fernandes.

Estratégias da defesa

Entre as defesas, chamou atenção a postura do advogado

do general Augusto Heleno, que buscou afastar seu cliente da articulação golpista afirmando que, após a entrada de Bolsonaro no Centrão, Heleno teria sido progressivamente isolado. A estratégia, no entanto, não foi negar a conspiração, mas apenas retirar Heleno do cenário. Em tom irônico, o advogado chegou a acusar o ministro Alexandre de Moraes de atuar como “juiz inquisidor” e duvidou da investigação conduzida pela Polícia Federal.

Na defesa de Bolsonaro, o advogado Celso Vilarde reconheceu que houve atos preparatórios para um golpe de Estado — incluindo a impressão da chamada “minuta do golpe” no Palácio do Planalto e seu envio ao Alvorada —, mas tentou sustentar que tais atos não configuram crime.

A argumentação, no entanto, colide com a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, que prevê punição para tentativa de golpe.

O advogado do general Paulo Sérgio adotou linha semelhante: admitiu a tentativa de ruptura, mas tentou dissociar o cliente dele, afirmando que o então comandante tentou demover Bolsonaro de “medidas de exceção”.

Em sua fala, Andrew Farias arrancou risadas do plenário ao comparar a acolhida dos ministros com a de sua sogra. Já a defesa de Braga Netto insistiu que o processo não passa de uma “narrativa”, desqualificando provas e delações. O advogado chegou a afirmar que, caso condenado a 20 ou 30 anos de prisão, o general não resistiria à pena.

Apesar do tom mais descontraído em alguns momentos, a sessão evidenciou a fragilidade das teses defensivas, que em grande medida não negam a tentativa de golpe, mas buscam diluir responsabilidades individuais. ■



“Nesta ação penal pulsa o Brasil que me dói”, disse Cármen Lúcia

Julgamento: voto de Cármen Lúcia consolida maioria para condenação de Bolsonaro

Ao rejeitar todas as teses da defesa, a ministra manteve a delação de Mauro Cid e reforçou a condenação de Jair Bolsonaro e de militares e aliados acusados de integrar a organização criminosa golpista. Leia a revista completa

Redação Focus Brasil

O quinto dia do julgamento da trama golpista no Supremo Tribunal Federal (STF) foi marcado pelo voto da ministra Cármen Lúcia, que consolidou a maioria pela condenação de Jair Messias Bolsonaro.

Com serenidade e firmeza, a magistrada rejeitou todas as teses da defesa, manteve a delação premiada de Mauro Cid e afirmou que as provas são cabais para demonstrar a tentativa de golpe liderada pelo ex-presidente.

As reações dentro da Corte mostraram a dimensão histórica do voto. Cármen Lúcia ressaltou que o processo é doloroso e reafirmou a responsabilidade de Bolsonaro como líder da trama golpista.

Provas e contexto histórico

Logo no início de sua fala, a ministra descartou as preliminares levantadas pelos advogados e reafirmou a competência da Primeira Turma para julgar o caso.

“Não há nada de novo para mim em votar sempre do mesmo jeito que votei”, afirmou, ao rebater a alegação de que o julgamento deveria ocorrer no plenário do STF.

Cármen Lúcia classificou o processo como inédito: “O que há de inédito, talvez, nesta ação penal é que nela pulsa o Brasil que me dói. É quase um encontro do Brasil com o seu passado, com o seu presente e com o seu futuro.”

Ela destacou que a Procuradoria-Geral da República reuniu provas consistentes de que Jair Bolsonaro comandou um grupo

formado por integrantes do governo, das Forças Armadas e de órgãos de inteligência, responsável por um plano sistemático de ataque à democracia.

“No caso de organização criminosa que buscava o poder, que queria atingir e sequestrar a alma da República, impedindo a validade do processo eleitoral, isso é muito mais grave e muito mais espalhado na sociedade.”

Recados e apartes concedidos

O voto também trouxe recados indiretos ao ministro Luiz Fux, que havia absolvido Bolsonaro no dia anterior. Cármen Lúcia lembrou que escreveu quase 400 páginas, mas preferiu apresentar apenas um resumo, em contraste com a fala extensa de Fux. Além disso, ironizou ao afirmar que concederia “todos” os apartes — e de fato deu a palavra a Flávio Dino e Alexandre de Moraes.

Dino afirmou que perdão não significa paz, citando os EUA, enquanto Moraes rebateu diretamente Fux e reforçou que o 8 de janeiro foi uma tentativa real de golpe, liderada por uma organização criminosa armada.

Majoria formada pela condenação

O ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma, antecipou seu posicionamento ao concordar com Moraes e indicar voto pela condenação. Com isso, o placar se consolidou em 4 a 1 contra Jair Bolsonaro e os demais réus, restando apenas a formalização.

O voto de Cármen Lúcia é visto como um marco no julgamento, ao reafirmar que a lei é igual para todos e que o Brasil não pode tolerar ataques contra sua democracia. ■



Agência Brasil

Confira voto de Moraes para condenar Bolsonaro como líder de organização criminosa

No terceiro dia de julgamento, Alexandre de Moraes vota pela condenação de Jair Bolsonaro e do núcleo do golpe; Flávio Dino acompanha, rejeita anistia e reforça que tentativa também é crime.

[Acesse aqui a revista completa](#)

Redação Focus Brasil

No terceiro dia do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de sete aliados no STF, coube ao ministro Alexandre de Moraes abrir a rodada de votos com uma exposição que reorganizou o tabuleiro político e jurídico do país.

Em mais de quatro horas, o relator descreveu uma engrenagem que operou muito antes de 8 de janeiro de 2023, vinculando atos preparatórios e executórios à ten-

tativa de golpe de Estado.

“O que está em julgamento não é discurso político, não são especulações. São crimes documentados, com provas robustas”, afirmou o ministro. E cravou: “Esse julgamento não discute se houve ou não tentativa de golpe. Isso é fato. O que se discute é a autoria.”

A liderança de Bolsonaro

Moraes repetiu pelo menos 21 vezes ao longo do voto: Bolsonaro era o líder da organização criminosa. Sua imagem aparecia em destaque nos slides projetados no plenário.

“O réu Jair Messias Bolsonaro

deu sequência a essa estratégia golpista estruturada pela organização criminosa, sob a sua liderança, para já colocar em dúvida o resultado das futuras eleições, sempre com a finalidade de obstruir o funcionamento da Justiça Eleitoral, atentar contra o Poder Judiciário e garantir a manutenção do seu grupo político no poder.”

O ministro destacou que a trama não começou no dia da invasão às sedes dos Três Poderes, mas em discursos e atos públicos desde 2021, quando Bolsonaro afirmou que só deixaria o poder “morto ou preso”.



Moraes citou a minuta golpista encontrada na agenda do general Augusto Heleno, descrevendo-a como um roteiro explícito de ruptura. Relembrou a reunião ministerial de julho de 2022, que classificou como uma “confissão coletiva de golpe”, e o encontro com embaixadores em que Bolsonaro atacou o sistema eleitoral diante de diplomatas estrangeiros.

Também detalhou a tentativa frustrada de explosão no Aeroporto de Brasília, que, se consumada, poderia ter matado centenas de pessoas. “Não se trata de fantasia ou paranoia. Foram atos reais, planejados e articulados”, sublinhou.

A minuta e o Punhal Verde e Amarelo e o uso do Estado

Um dos momentos mais duros foi a análise do chamado Plano Punhal Verde e Amarelo, que previa o assassinato de autoridades, entre elas o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o próprio Moraes. “Isso não foi impres-

so em uma gruta ou em um porão de terroristas. Foi impresso no Palácio do Planalto”, afirmou.

Ironizando a versão defensiva, acrescentou: “É ridicularizar a inteligência do tribunal dizer que se imprimiu esse plano para fazer barquinhos de papel.”

Para Moraes, o golpe só não se consumou porque foi contido a tempo. Mas a utilização da máquina pública foi inequívoca. Ele lembrou que Bolsonaro atrasou a divulgação do relatório das Forças Armadas sobre as urnas, usando a estrutura militar para manter a narrativa de fraude.

O relator também classificou como “acintosa” a atuação da Polícia Rodoviária Federal no segundo turno das eleições, quando operações dificultaram o acesso de eleitores às urnas no Nordeste.

Ao tratar de mensagens entre Bolsonaro e Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin, Moraes foi categórico: “Isso não é uma mensagem de um delinquente do PCC para outro. Isso é uma mensagem do diretor da Abin para o então presidente da República.” O conteúdo das conversas, usado em lives oficiais, reforçou a tentativa

de desacreditar as urnas.

O relator também rebateu críticas às delações, especialmente a de Mauro Cid. “São oito depoimentos sobre fatos diversos, não contraditórios. Alegar o contrário beira a litigância de má-fé. O juiz não é uma samambaia jurídica.”

Flávio Dino: sem anistia, sem relativização

Em seguida, o ministro Flávio Dino acompanhou Moraes na condenação de todos os réus, mas diferenciou os graus de participação de Augusto Heleno, Alexandre Ramagem e Paulo Sérgio Nogueira. Para Dino, eles tiveram atuação de “menor importância”, ainda que inserida na engrenagem golpista.

Ele foi direto ao ponto sobre a pauta da anistia: chamou projetos nesse sentido de “no mínimo pornográficos” e lembrou que crimes contra o Estado Democrático de Direito são imprescritíveis e não podem ser objeto de indulto ou perdão.

Dino também criticou a intimidação digital e pressões externas: “Me espanto com alguém imaginar que alguém chega ao Supremo e vai se intimidar com um tweet. Será que alguém acredita que um cartão de crédito ou o Mickey vão mudar um julgamento no Supremo?”

Rebatendo a tese de que atos preparatórios não configuram crime, Dino foi claro: “O nome do plano não era Bíblia Verde e Amarela, era Punhal Verde e Amarelo. Os acampamentos não foram em portas de igreja, foram em portas de quartéis. Se reza nos quartéis é a fuzis, metralhadoras e tanques.”

Para ele, a Justiça não pode ser torcida organizada: “Quando o árbitro marca pênalti para o meu time, é um herói; quando marca para o outro, é o pior. Mas o árbitro é o mesmo e as regras são as mesmas.” ■



Outro ponto defendido pelo presidente Lula foi a implementação do sistema de pagamentos digital, o PIX, que possibilitou a inclusão financeira de milhares de cidadãos e empresas do país

A democracia e a soberania brasileiras são inegociáveis, afirma Lula em artigo no New York Times

Presidente brasileiro defendeu o multilateralismo como melhor caminho para as relações entre os países. Tarifaço também foi abordado no artigo

Em artigo publicado neste domingo (14/9) no jornal The New York Times com o título Democracia e Soberania Brasileiras São Inegociáveis, o presidente Lula rebateu os argumentos do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a respeito do tarifaço imposto aos produtos brasileiros pelos Estados Unidos.

Lula ressaltou que nos últimos 15 anos, os Estados Unidos registraram um superávit de US\$ 410 bilhões nas relações comerciais com o Brasil. Também disse que não há excessos nas cobranças de tarifas por parte do Brasil e que aproximadamente 75% das exportações aos Estados Unidos para o Brasil são isentas de impostos.

O presidente brasileiro defendeu o multilateralismo como melhor caminho para as relações entre os países, apontou os números favoráveis aos Estados Unidos na balança comercial entre os

dois países e disse que a decisão de taxar os produtos brasileiros é política.

Ao tratar a questão como política, Lula fez uma forte defesa da soberania brasileira e do judiciário.

Ele criticou tanto as acusações de Trump de perseguição ao ex-presidente Jair Bolsonaro – condenado a 27 anos de cadeia por tramar um golpe de estado –, quanto os esforços de regulamentação das chamadas big techs, grandes empresas de tecnologia dos Estados Unidos.

Outro ponto defendido pelo presidente Lula foi a implementação do sistema de pagamentos digital, o PIX, que possibilitou a inclusão financeira de milhares de cidadãos e empresas do país. Além de facilitar as transações e estimular a economia.

A Amazônia foi outro tema tratado pelo brasileiro no artigo,

recordando que nos últimos dois anos a taxa de redução do desmatamento caiu pela metade e que, no ano passado, a polícia brasileira apreendeu milhões de dólares utilizados em esquemas criminosos contra o meio ambiente.

Por fim, o presidente Lula reafirmou a disposição de o Brasil negociar o tema das tarifas com os Estados Unidos, recordou que os dois países mantêm relações há mais de 200 anos, sendo que as diferenças ideológicas não podem prejudicar o trabalho conjunto das duas nações.

Leia a íntegra do artigo publicado neste domingo no jornal norte-americano New York Times

A democracia e a soberania brasileiras são inegociáveis

Decidi escrever este ensaio para estabelecer um diálogo aberto e franco com o presidente dos Estados Unidos. Ao longo de décadas de negociação, primei-

ro como líder sindical e depois como presidente, aprendi a ouvir todos os lados e a levar em conta todos os interesses em jogo. Por isso, examinei cuidadosamente os argumentos apresentados pelo governo Trump para impor uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros.

A recuperação dos empregos americanos e a reindustrialização são motivações legítimas. Quando, no passado, os Estados Unidos levantaram a bandeira do neoliberalismo, o Brasil alertou para seus efeitos nocivos. Ver a Casa Branca finalmente reconhecer os limites do chamado Consenso de Washington, uma prescrição política de proteção social mínima, liberalização comercial irrestrita e desregulamentação generalizada, dominante desde a década de 1990, justificou a posição brasileira.

Mas recorrer a ações unilaterais contra Estados individuais é prescrever o remédio errado. O multilateralismo oferece soluções mais justas e equilibradas. O aumento tarifário imposto ao Brasil neste verão não é apenas equivocado, mas também ilógico. Os Estados Unidos não têm déficit comercial com o nosso país, nem estão sujeitos a tarifas elevadas. Nos últimos 15 anos, acumularam um superávit de US\$ 410 bilhões no comércio bilateral de bens e serviços. Quase 75% das exportações dos EUA para o Brasil entram isentas de impostos. Pelos nossos cálculos, a tarifa média efetiva sobre produtos americanos é de apenas 2,7%. Oito dos 10 principais itens têm tarifa zero, incluindo petróleo, aeronaves, gás natural e carvão.

A falta de justificativa econômica por trás dessas medidas deixa claro que a motivação da Casa Branca é política. O vice-secretário de Estado, Christopher Landau, teria dito isso no início deste mês a um grupo de líderes

empresariais brasileiros que trabalhavam para abrir canais de negociação. O governo americano está usando tarifas e a Lei Magnitsky para buscar impunidade para o ex-presidente Jair Bolsonaro, que orquestrou uma tentativa fracassada de golpe em 8 de janeiro de 2023, em um esforço para subverter a vontade popular expressa nas urnas.

Tenho orgulho do Supremo Tribunal Federal (STF) por sua decisão histórica na quinta-feira, que salvaguarda nossas instituições e o Estado Democrático de Direito. Não se tratou de uma “caça às bruxas”. A decisão foi resultado de procedimentos conduzidos em conformidade com a Constituição Brasileira de 1988, promulgada após duas décadas de luta contra uma ditadura militar. A decisão foi resultado de meses de investigações que revelaram planos para assassinar a mim, ao vice-presidente e a um ministro do STF. As autoridades também descobriram um projeto de decreto que teria efetivamente anulado os resultados das eleições de 2022.

O governo Trump acusou ainda o sistema judiciário brasileiro de perseguir e censurar empresas de tecnologia americanas. Essas alegações são falsas. Todas as plataformas digitais, nacionais ou estrangeiras, estão sujeitas às mesmas leis no Brasil. É desonesto chamar regulamentação de censura, especialmente quando o que está em jogo é a proteção de nossas famílias contra fraudes, desinformação e discurso de ódio. A internet não pode ser uma terra de ilegalidade, onde pedófilos e abusadores têm liberdade para atacar nossas crianças e adolescentes.

Igualmente infundadas são as alegações do governo sobre práticas desleais do Brasil no comércio digital e nos serviços de pagamento eletrônico, bem como sua suposta falha em aplicar as

leis ambientais. Ao contrário de ser injusto com os operadores financeiros dos EUA, o sistema de pagamento digital brasileiro, conhecido como PIX, possibilitou a inclusão financeira de milhões de cidadãos e empresas. Não podemos ser penalizados por criar um mecanismo rápido, gratuito e seguro que facilita as transações e estimula a economia.

Nos últimos dois anos, reduzimos a taxa de desmatamento na Amazônia pela metade. Só em 2024, a polícia brasileira apreendeu centenas de milhões de dólares em ativos usados em crimes ambientais. Mas a Amazônia ainda estará em perigo se outros países não fizerem a sua parte na redução das emissões de gases de efeito estufa. O aumento das temperaturas globais pode transformar a floresta tropical em uma savana, interrompendo os padrões de precipitação em todo o hemisfério, incluindo o Centro-Oeste americano.

Quando os Estados Unidos viram as costas para uma relação de mais de 200 anos, como a que mantêm com o Brasil, todos perdem. Não há diferenças ideológicas que impeçam dois governos de trabalharem juntos em áreas nas quais têm objetivos comuns.

Presidente Trump, continuamos abertos a negociar qualquer coisa que possa trazer benefícios mútuos. Mas a democracia e a soberania do Brasil não estão em pauta. Em seu primeiro discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2017, o senhor afirmou que “nações fortes e soberanas permitem que países diversos, com valores, culturas e sonhos diferentes, não apenas coexistam, mas trabalhem lado a lado com base no respeito mútuo”. É assim que vejo a relação entre o Brasil e os Estados Unidos: duas grandes nações capazes de se respeitarem mutuamente e cooperarem para o bem de brasileiros e americanos. ■



Ministério da Saúde

Ação realizada simultaneamente nos hospitais da Rede Ebserh em todo o país superou as expectativas com 15% a mais dos procedimentos programados

Maior mutirão da história do SUS realiza mais de 34 mil atendimentos em um dia

Ação do programa Agora Tem Especialistas mobilizou 45 hospitais universitários federais em todas as regiões e ampliou em 175% os serviços prestados

O segundo “Dia E” da saúde, realizado no sábado (13), consolidou o maior mutirão da história do Sistema Único de Saúde (SUS), uma ação do programa Agora Tem Especialistas.

Em 45 hospitais universitários federais, distribuídos em todas as regiões do país, foram feitos 34.290 atendimentos em um único dia, número 175% superior ao registrado no primeiro mutirão de julho, que totalizou 12 mil.

“O presidente Lula quer que o próximo seja ainda maior e que a gente possa fazer muitos e muitos mutirões, até que possamos atender com dignidade e com tempo de espera adequado cada brasileiro e brasileira”, afirmou o presidente da Ebserh, Arthur Chioro, em entrevista ao programa A Voz do Brasil.

O mutirão ocorreu simultaneamente em 24 estados e no Distrito Federal. Nos 45 hospitais universitários, foram realizadas 1.666 cirurgias de pequena, média e grande complexidade, além de 4.043 consultas especializadas e 28.581 exames e terapias.

Estrutura mobilizada e impacto do programa

A Ebserh mobilizou 4.233 profissionais, entre médicos, enfermeiros, técnicos e outros trabalhadores da saúde, além de 939 estudantes. O esforço coletivo garantiu cirurgias oftalmológicas, ortopédicas e oncológicas, além de exames de alta complexidade como tomografias, ressonâncias, endoscopias e ultrassonografias.

“O mais importante disso tudo é a gente poder tratar com dignidade brasileiros e brasileiras. O Dia E é isso: as universidades a serviço da vida, do Agora Tem Especialistas e da formação dos nossos alunos e residentes”, destacou Chioro.

Casos emblemáticos revela-

1.666
cirurgias

4.043
consultas
especializadas

28.581
exames
e terapias

**em apenas
um dia**



ram a dimensão do atendimento, como o da dona Jucinete, da etnia Cocama, que viajou três dias de barco até Manaus para realizar uma cirurgia de vesícula, e o da dona Creuzenir, no Espírito Santo, que finalmente conseguiu fazer uma cirurgia bariátrica.

O programa Agora Tem Especialistas, lançado em maio pelo presidente Lula, tem como meta reduzir o tempo de espera para consultas e exames e ampliar o acesso à saúde especializada. A iniciativa integra os ministérios da Saúde e da Educação, sob gestão da Ebserh.

Durante o mutirão no Hospital Universitário de Brasília, Lula reafirmou a prioridade do governo. “A gente quer salvar vidas. E quanto mais viver, melhor. Então, se a gente garante que a pessoa tenha acesso com rapidez, a gente vai ter um povo mais feliz”, afirmou. ■



De acordo com a lei, os objetivos da carteira são identificar professores; promover sua valorização e reconhecimento; e facilitar o acesso a ferramentas de trabalho, entre outros

Nova lei cria Carteira Nacional Docente para valorizar professores e ampliar benefícios

Documento identifica professores da educação pública e privada, garante acesso a benefícios e integra o Programa Mais Professores pelo Brasil

Redação Focus Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta quinta-feira (11), a Lei nº 15.202/2025, que cria a Carteira Nacional Docente do Brasil (CNDB). A iniciativa integra o Programa Mais Professores pelo Brasil, lançado em janeiro pelo Governo Federal para valorizar o magistério e incentivar a docência no país.

O documento terá validade em todo o território nacional e é destinado a professores da educação básica e superior, das redes pública e privada. Durante a cerimônia

de sanção no Palácio do Planalto, Lula destacou o papel estratégico da educação.

“A educação tem que ser, definitivamente, a coisa mais importante que um chefe de Estado precisa dedicar ao seu povo. Porque é através da educação que a gente vai criar o perfil, a cara e a soberania dessa nação a que nós pertencemos”, afirmou.

O presidente ressaltou que estados, municípios e União devem trabalhar juntos para melhorar a qualidade da educação. “Se a gente não trabalhar em parceria, a gente continua com a qualidade da educação muito ruim e com as crianças não se alfabetizando na idade certa”, disse.

Reconhecimento e valorização dos docentes

A lei define que a carteira tem como objetivos identificar professores, promover sua valorização e facilitar o acesso a benefícios, como descontos em eventos culturais, hospedagem e ferramentas de trabalho. A emissão será regulamentada pelo Ministério da Educação (MEC).

O ministro Camilo Santana, autor do projeto, destacou que o documento garante reconhecimento legal a todos os docentes, sejam da educação básica, do ensino superior ou de institutos federais. Já o presidente da Câmara, Hugo Motta, afirmou que a medida é um marco para a valorização dos profissionais: “Vocês formam cidadãos e mereciam essa legitimação”. ■



Governo federal estuda tarifa zero no transporte público

Tendência não só no Brasil, gratuidade tem benefícios para economia e qualidade de vida nas cidades

Claudia Rocha

Bandeira importante do direito à cidade, a tarifa zero nos transportes voltou a ser assunto nas últimas semanas a partir de conversas com o presidente Lula, que pediu que o assunto fosse alvo de estudos de viabilidade pela equipe do governo federal.

O peso do alto custo das passagens no bolso dos brasileiros permanece como o contexto da discussão. Em São Paulo, por

exemplo, uma pessoa que utiliza a integração ônibus-metrô, em todos os dias úteis, desembolsa R\$ 391,60 ao mês, o que equivale a mais de 25% do salário mínimo.

Os benefícios da gratuidade, no entanto, ainda esbarram nos desafios para encontrar um modelo orçamentário adequado e possível. Apesar da complexidade na estruturação do financiamento, 138 cidades já registram a tarifa zero integral, ou seja, em todos os dias da semana para todas as pessoas, além de outros municípios que adotaram um modelo parcial, aos finais de semana ou para gru-

pos específicos, como estudantes e idosos. A política pública teve um salto nos últimos anos. Em 2020, o país tinha 42 cidades com gratuidade de tarifa.

Cidades avançam na gratuidade e resultados já aparecem

Defensor da tarifa zero universal, o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) é um dos principais interlocutores que o Planalto tem sobre o tema. Sobre o cenário atual, ele cita o que especialistas denominam como o “círculo vicioso” do sistema do transporte público.



“Cada aumento tarifário representa uma perda de passageiros, que resulta em perda de arrecadação, seguido por uma piora na qualidade do serviço para poder cortar custos, o que acarreta em perda de mais passageiros, fazendo com que as empresas pressionem o poder público por aumento da tarifa”, explica.

Em março de 2023, Tatto apresentou um Projeto de Lei relativo ao tema na Câmara dos Deputados e agora continua em tratativas para que o assunto entre, cada vez mais, em debate. “Toda política pública no Brasil demanda uma certa adequação às diferenças socioeconômica e demográficas, não será de outra forma com a tarifa zero. Acredito que é preciso criar um sistema com diversificadas fontes de irrigação de um fundo, os estudos técnicos podem mostrar quais deverão ser essas fontes. Todas as possibilidades estão em aberto”, diz o deputado.

Os entraves para o financiamento da tarifa zero

Um estudo recente da Fundação Getúlio Vargas analisou 57 cidades que implantaram o sistema, no período entre 1994 e 2022, e foi verificado um aumento de 3,2% nos empregos e uma expansão de 7,5% de empresas nestes municípios, além dos impactos positivos no comércio local.

Na cidade de São Caetano do Sul, na região do ABC paulista, um monitoramento do Waze trouxe um dado interessante sobre a redução do número de carros após a implantação da tarifa zero em novembro de 2023. De acordo com a Prefeitura, parceira da plataforma no levantamento, o transporte gratuito foi capaz de retirar 1.500 veículos por hora nas vias locais.

Mesmo que o objetivo seja atender aos trabalhadores, segundo apuração do jornal Valor Econômico, os técnicos do governo estudam um cenário de gratui-

dade, inicialmente, apenas aos finais de semana. E ainda não há garantia de que a medida seja implementada no próximo ano.

“Um projeto de tarifa zero do governo federal não conseguiria atender agora a todas as cidades do Brasil, não só pela dimensão do nosso país em número de cidades, mas, principalmente, porque para elas entrarem em programas federais elas precisam ter licitação de ônibus feita e um plano de mobilidade, e muitas cidades ainda não cumpriram essa etapa”, diz Rafael Calabria.

Geógrafo e especialista em Mobilidade Urbana, ele lembra que o Brasil é o país com maior número de cidades com tarifa zero no mundo e que muitas delas, em especial as de pequeno porte, realizaram a transição para a gratuidade para obter uma simplificação do sistema, já que, com a tarifa, o uso da malha fica mais restrito aos trabalhadores que utilizam o vale-transporte, pago pelas próprias prefeituras (que são grandes empregadoras nos municípios menores).

Calabria é otimista e diz que para um projeto como esse sair do papel requer muita vontade política, o que o presidente Lula já demonstrou. “Acredito que essa pauta tem um potencial muito grande, assim como o fim da escala 6x1 e a questão do Imposto de Renda”, aponta.

Pressão política e debates no Congresso Nacional

No Congresso, tramita uma PEC, que é uma Proposta de Emenda à Constituição, de autoria da deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), que quer regulamentar a gratuidade do transporte por meio do SUM - o Sistema Único de Mobilidade.

Inspirado no funcionamento do SUS, o SUM prevê duas formas de financiamento: uma contribuição sobre o uso do sistema viário, para automóveis, e uma contribuição para empregadores, para substituir o Vale Transporte. ■



Durante o encontro com as atletas da Seleção Brasileira, Lula também indicou que o governo pretende criar uma Universidade do Esporte

Lula recebe Seleção Feminina campeã da Copa América ebras anuncia projeto de lei para desenvolver o futebol feminino

Em cerimônia no Planalto, presidente destacou a conquista histórica da Seleção e anunciou projeto de lei que assegura igualdade e profissionalização ao futebol feminino

Redação Focus Brasil com Agência Gov

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, nesta quarta-feira (10), no Palácio do Planalto, a Seleção Brasileira de Futebol Feminino, campeã da Copa América 2025.

Durante a cerimônia, além de homenagear as atletas pela conquista, Lula anunciou que enviará ao Congresso Nacional, nesta sexta-feira (12), um Projeto de Lei que estabelece o desenvolvimento do futebol feminino como política pública nacional.

Segundo o presidente, a pro-

posta garantirá às organizações esportivas formadas por mulheres os mesmos direitos e benefícios conferidos ao futebol masculino, incluindo recursos financeiros.

O PL também incentiva categorias de base, parcerias entre escolas e clubes, combate à discriminação e assegura proteção contra a violência no esporte.

“Fico orgulhoso com as conquistas das mulheres no mundo. As mulheres, aos poucos, vão ocupando espaços no mundo político, no mundo intelectual, no mundo acadêmico, no mundo cultural e no mundo esportivo”, declarou Lula.

Projeto busca igualdade e profissionalização do

futebol feminino

O ministro do Esporte, André Fufuca, destacou que 80% das atletas ainda são amadoras e que a proposta obrigará os clubes a profissionalizarem seus elencos. Ele ressaltou ainda que o PL garante direitos básicos, como a proteção em casos de gravidez, e abre caminho para que mais jogadoras tenham acesso a contratos formais.

Para o técnico da Seleção, Arthur Elias, a iniciativa representa uma transformação estrutural. “Quando a gente vê um projeto de lei com esses pilares, é sensacional. Porque aí sim há uma transformação. E a gente vai conseguir chegar mais próximo das condições que elas têm lá fora para se desenvolver”, afirmou. ■



Ricardo Stuckert/Secom-PR

Presidente Lula aciona o início da energização do Linhão Manaus - Boa Vista, parte da iniciativa federal Brasil Conectado e Soberano

Roraima conectado ao SIN: Lula inaugura Linhão Manaus-Boa Vista com investimento de R\$ 3,3 bi

Com 725 km de extensão, obra integra o estado ao sistema nacional de energia, gera 3 mil empregos, reduz emissões e garante economia de R\$ 500 milhões anuais

Agência Gov

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acompanhou, nesta quarta-feira (10), o início da energização do Linhão Manaus-Boa Vista, que conecta Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O investimento de R\$ 3,3 bilhões conclui o mapa energético brasileiro e garante ao estado segurança no abastecimento, estabilidade e condições para o crescimento econômico.

Com 725 km de extensão, a obra gerou cerca de 3 mil empregos e permitirá a substituição gradual de usinas térmicas por

energia limpa, reduzindo mais de 1 milhão de toneladas de CO₂ ao ano e economizando mais de R\$ 500 milhões em combustíveis fósseis.

“Roraima está ligado ao restante do Brasil, não existe mais diferença”, disse Lula, destacando também o acesso à internet de qualidade e as novas possibilidades de integração comercial com países vizinhos.

Energia limpa garante desenvolvimento e estabilidade

Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a obra é “a mais importante da história de Roraima”, oferecendo quatro vezes mais energia do

que o estado necessita hoje. Para o governo, a integração energética representa também um marco de sustentabilidade, permitindo o desligamento gradual das térmicas movidas a combustíveis fósseis e ampliando a oferta de energia renovável.

Além da economia direta aos cofres públicos e da redução expressiva de emissões, o novo sistema cria condições para que o estado desenvolva sua indústria, fortaleça a agricultura e tenha segurança no abastecimento das famílias, hospitais e serviços essenciais. A estabilidade elétrica também permitirá o escoamento de futuros projetos hidrelétricos de Roraima para o Sistema Interligado Nacional. ■

“Conhecimento liberta. A extrema direita não quer um povo educado”

Com mais de cinco décadas dedicadas ao jornalismo, Chico Pinheiro revisita sua trajetória, fala sobre democracia, cultura, educação e comunicação, e reafirma sua confiança no futuro do Brasil como um “realista esperançoso”

Alberto Cantalice e Fernanda Otero

Francisco de Assis Pinheiro, o Chico Pinheiro, é um dos nomes mais respeitados do jornalismo brasileiro. Ao longo de mais de cinco décadas, construiu uma carreira marcada pela credibilidade e pela defesa dos direitos humanos, passando pelo jornal impresso, rádio e televisão.

Ex-âncora de noticiários da Rede Globo por 26 anos, incluindo o Bom Dia Brasil, hoje integra o Instituto Conhecimento Liberta (ICL), que define como “um projeto de jornalismo realmente livre, sem vínculos com governos ou anunciantes”.

Nesta entrevista à Focus Brasil, o jornalista revisita momentos pessoais e profissionais, fala so-

bre religião, cultura e política, e comenta os recentes episódios da democracia brasileira. Define-se como um “realista esperançoso”, citando Paulo Freire e Ariano Suassuna: alguém que confia no futuro, mas também trabalha para que ele aconteça.

Leia a entrevista completa:

- Francisco de Assis, estou vendo aí, no fundo da sua imagem, uma foto sua com o Papa Francisco. Eu não ia começar por religião, porque tem aquele ditado que diz que religião e política não se discutem...

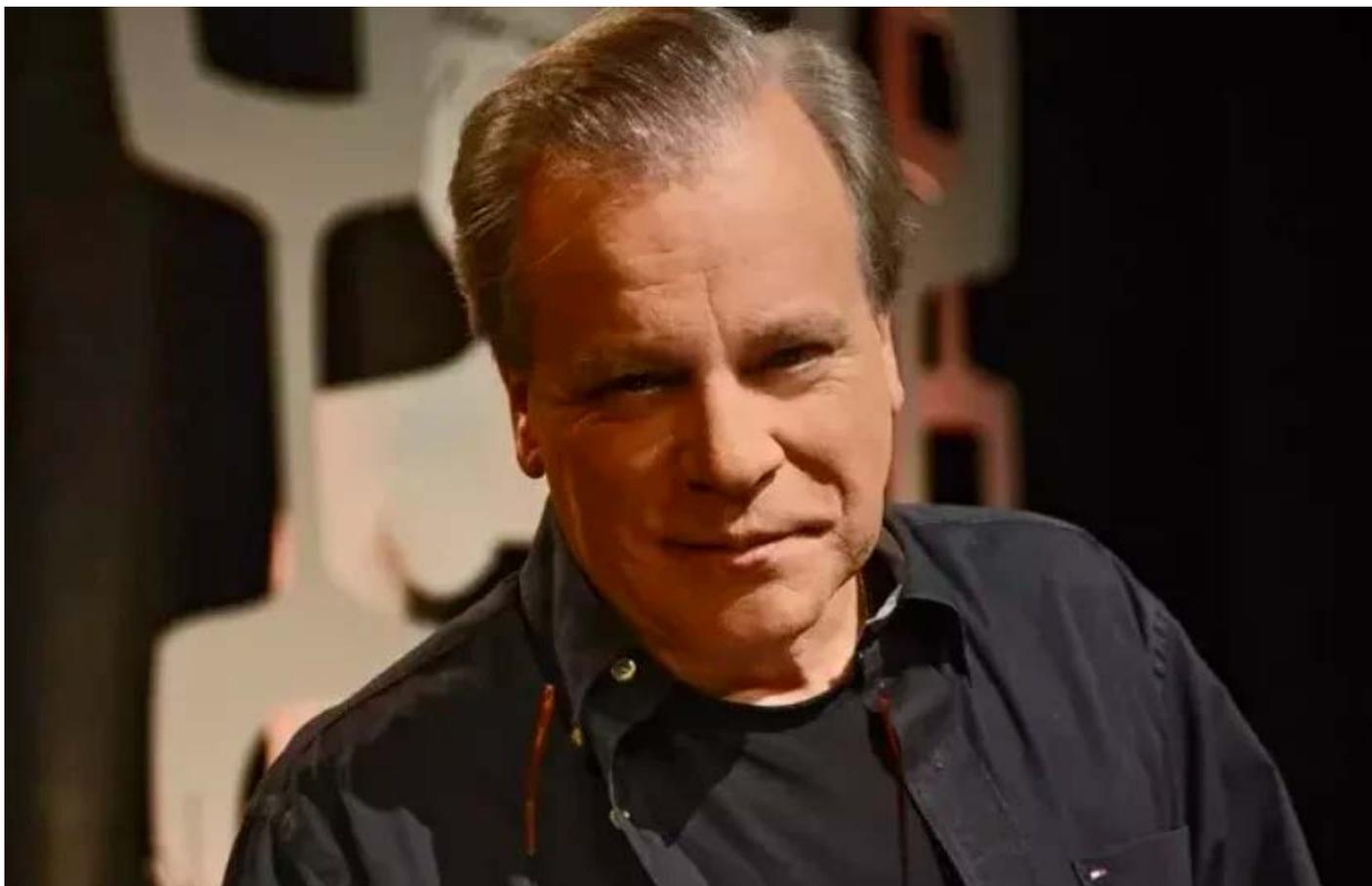
- Uai, eu só discuto isso. O que eu não discuto é futebol!

- Como é que você tem acompanhado, se você tem acompanhado o papado do Papa Leão IV

à frente do Vaticano? Você tem acompanhado o novo Papa?

- Não tenho acompanhado de perto o papado de Leão XIV. Ele tem se manifestado pouco. Algumas vezes ele se manifestou em relação a temas que considero mais importantes para o nosso tempo, como o massacre em Gaza, sua postura foi satisfatória e firme. Pelo que percebo, ele tem uma faceta um tanto tradicionalista, especialmente na liturgia e nos símbolos da Igreja, mas parece que ele seguirá os passos de Francisco, que, por sua vez, seguiu os de Paulo VI e João XXIII, se ele caminhar por aí, será muito bom.

Não sei o que será, pois, como disse, tenho acompanhado pouco essa questão. No momento, estou mais focado em assuntos mais



urgentes de nosso lado, tanto as ameaças à democracia no Brasil quanto as ameaças dos Estados Unidos ao Brasil e ao planeta.

- Por falar em religião, o veículo em que você está trabalhando (ICL) tem se destacado na cobertura do tema. Qual sua relação com o ICL hoje?

- Sou membro da família ICL, onde tem muita gente interessada em trabalhar com informação correta e livre. Por isso, o ICL não possui nenhuma fonte de receita publicitária, de anunciantes, de governo ou de qualquer outra entidade; somos sustentados apenas pelos cursos e pelas matrículas dos alunos.

É uma experiência de jornalismo realmente livre, até às vezes com alguns conflitos de opiniões, mas naturalmente, por ser livre, tem um perfil mais progressista e de esquerda. E é uma plataforma de cursos, e os alunos dos cursos online do ICL são a base que sustenta a nossa experiência jorna-

lística, onde me sinto muito confortável trabalhando com gente muito boa.

- O ICL tem realizado um trabalho bem interessante na produção de documentários, trazendo, inclusive, uma produção sobre o pastor Silas Malafaia. Como é construído isso? Falar sobre religião ainda é uma necessidade, precisamos ter esse tema em conta hoje, nesse momento em que vivemos? Falar sobre religião, ou sobre os religiosos, talvez?

- É, quer dizer, é uma dimensão importante do ser humano: a dimensão espiritual, a dimensão mística, a dimensão da transcendência. É uma dimensão humana. Como gosta de dizer o meu amigo Frei Betto, “até o ateu tem uma religião, que é a negação de um Deus”. Essa é a dimensão que o ser humano tem: entender a sua finitude ou transpor essa finitude. E o Brasil, de uma maneira muito particular, tem uma influência na

sua formação cultural muito forte da religião.

Não podemos esquecer que aqui era a terra de Santa Cruz, os portugueses trouxeram a mensagem na história completamente deturpada, se você usar como base para balizar isso os textos bíblicos. Principalmente os evangelhos, as epístolas do Novo Testamento, ou os Atos dos Apóstolos, que é uma descrição de como viviam os primeiros cristãos.

Um dia perguntaram ao Dom Hélder se ele era comunista, ele respondeu: “Eu sigo o que está lá nos Atos dos Apóstolos. Os cristãos tinham tudo em comum, dividiam seus bens e davam a cada um, segundo a sua necessidade”. Então, isso é uma mensagem que, muitas vezes, é apropriada para um discurso comunista mesmo, se você quiser chamar assim.

Tem um cristianismo que veio para o Brasil: o cristianismo do opressor, eurocentrado, do poder divino dos reis, do imperador, que oprimiu muito. Um exemplo são

os povos originários, que tinham que ser convertidos, e os povos que vieram da África, os escravizados, o que é um absurdo, é uma contradição se você contemplar isso à luz da mensagem do evangelho de Jesus.

A religião é uma dimensão importante. Agora, no Brasil, ela sempre serviu, como igreja católica, ao poder dominante. E depois, quando a igreja católica começou a dar passos mais largos, principalmente depois de João XXIII, do Concílio Vaticano II, mais largos rumo à questão social, à justiça social, à questão da maior igualdade entre os homens, à discussão do lugar do poder, remontando aos princípios evangélicos: quem tem maior poder é aquele que serve mais, é o servo do Senhor. O servo é que tem poder, vem para servir, não para ser servido.

A igreja católica avançou um pouco nisso e fez emergir, por exemplo, a chamada Teologia da Libertação, e começou a conquistar muita gente que se sentia novamente inserida numa mensagem de libertação, libertação no sentido integral, política, sobretudo.

A gente recebeu, principalmente da matriz norte-americana e estadunidense, os televangelistas. Pode lembrar, a Petra fala disso no filme dela: o Jim Swaggart, o Billy Graham. Esses caras chegaram e montaram essas coisas estranhas, essas seitas, como a de Malafaia, de Edir Macedo, enfim, todas essas pretensas igrejas, que eu não considero igrejas, são seitas, de manipulação, de extorsão de dinheiro usando o medo.

O centro de muitas, ou da maioria dessas seitas evangélicas, principalmente as chamadas neopentecostais, não é a figura encarnada na história através de Jesus, estou usando aqui a linguagem “cristológica” mesmo, desse

que serve, desse que sofre e desse que ajuda no sentido da força da libertação, não é nada disso. Eles colocam o centro da sua fé, embora não digam de maneira tão explícita, no diabo.

Então é o seguinte: você tem que vir aqui, que você tem um curso, sabe? É o diabo que está te jogando para baixo. Então você tem que aderir aqui, botar uma grana, fazer isso, fazer aquilo, porque a gente vai tirar o diabo de

“Só o conhecimento liberta, e é isso que ameaça os donos do poder”

você e vai dar tudo certo. Algumas pessoas, como em qualquer grupo grande de pessoas, algumas pessoas prosperam materialmente, então essas são pinçadas como exemplo. “Está vendo? Fulano aderiu de todo o coração, deu não sei quanto aqui para a igreja, olha como é que ele está.”

Essa é, mais ou menos, grosso modo, o discurso feito por esse pessoal. Agora, esse discurso é

reacionário, é antigo, ele preserva a concentração de renda e de poder, uma desigualdade imensa entre as pessoas usando para isso o que é chamado... quem fala muito sobre isso de maneira muito brilhante é o professor João César de Castro Rocha... é a teologia da prosperidade, que vem em contraposição à teologia da libertação.

- Quanto à condenação do Jair Messias, já existe um movimento de comoção...

- Comoção onde? Não vi nenhuma comoção aqui, tá todo mundo quietinho, eu não tô vendo ninguém fazer muito barulho, não. De vez em quando você encontra uns mimimi. Dá vontade de dizer para o Bolsonaro, Chega de “mimito”! Chega de mimito! Não é de comoção não, eu tô vendo o país caminhando. Claro, com riscos para frente, mas estamos livres dessa quadrilha que queria dar um golpe, um retrocesso absoluto no país.

- Você é um jornalista que veio lá de trás, do jornal, da rádio, depois foi para a televisão, e agora nas redes sociais. Você não é um lacrador de rede social, você tem uma história no jornalismo. Eu acho que essa postura que você tem, inclusive, está presente na sua atuação nas “novas mídias”. Você acredita ser esse, de fato, o caminho?

- É, esse é um dos caminhos. Bem lá no passado, a gente tinha como fonte de informação os jornais impressos, o rádio sempre foi, e depois veio a televisão. Mas a partir dos anos 1960, o rádio, com a qualidade de som melhor, porém restrito a uma área, a uma região, que é o AM. Você tinha AM, com transmissão em 31 metros, e tinha o país inteiro atingido pela rádio, fundamental para a

manutenção do poder da ditadura do Estado Novo de Getúlio.

Você tinha a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que pegava no Brasil inteiro, falando a mesma língua, com a mesma ideia, isso foi fundamental para a sustentação da ditadura do Estado Novo, da ditadura de Vargas. E sempre o rádio foi muito importante: Rádio Nacional, Rádio Tupi, Rádio Mayrink Veiga. Depois esse troço acaba todo.

Hoje, se você ligar a Rádio AM, vai ver sertanejo e evangélico, basicamente. E o jornalismo, está no FM, claro que é um jornalismo mais local, poucas emissoras que se dedicam realmente a jornalismo, e depois vem a televisão. Então, essa mídia das redes digitais, que eu não chamo de redes sociais, chamo de redes digitais porque elas não favorecem nada o social, elas só misturam, mas nesse tempo das redes digitais é um tempo novo.

Agora, o que vai acontecer com isso, eu não sei. Acho que vai se integrando. Hoje, você já assiste programas de rádio através das redes; você põe lá no YouTube, por exemplo, o programa do Reinaldo Azevedo, diariamente, é um programa da Band News, da Rádio Bandeirantes e da TV Bandeirantes, mas está com a imagem, tem uma imagem de estúdio.

A TV Globo mesmo, a Globo-News, está pensando seriamente, já entrando no YouTube para transmitir ali também. Quer dizer, este é um caminho, não sei se ele vai acabar com os antigos caminhos da televisão, não sei ainda. Eu sei que a Rádio FM não acabou com a Rádio AM, mas a Rádio AM deixou de ter relevância. Então, as coisas vão se alterando aos poucos.

O ICL fez opção pelo YouTube, ele fez opção para fazer a sua programação aí, porque é um proje-

to audacioso com recursos limitados, a gente só vive daqueles que fazem os cursos do ICL e que pagam uma mensalidade, ainda que muito pequena, mas é muita gente pagando, que conseguem sustentar o nosso jornalismo e os nossos eventos.

Mas é um caminho que a gente está escolhendo. Por que não abre logo uma TV, uma TV a cabo?

“A extrema direita não quer um povo educado, porque educação liberta”

Porque é muito caro, e para você manter isso, você precisaria ter anunciante.

O Eduardo Moreira é inflexível nisso, do “eu não quero financiamento de ninguém, nenhuma fonte, não quero nenhum banco patrocinando a gente, não quero nenhuma grande empresa, não quero agro, não quero indústria de automóveis, não quero verba de governo, porque eu quero liberdade para trabalhar”.

Então, a gente vai caminhan-

do, por enquanto, no YouTube. Pode ser que amanhã a gente consiga ocupar um espaço em grade de televisão, mas eu não sei. A televisão também está começando a migrar para isso.

- Assim como as concessões de TV são públicas e regulamentadas, acredita também que as redes precisam desse mecanismo de proteção e regulamentação?

- A Constituição diz que as TVs, os canais de televisão, e rádio também, claro, os canais de radiodifusão, de teledifusão, são canais que pertencem à União e, através do Presidente da República, são concedidos para cumprir três, se não me engano, é isso que está na constituição, três objetivos fundamentais: primeiro, educação, segundo artística e cultural e terceiro, informação.

Embora a gente saiba que hoje, para seu funcionamento e para o sucesso que precisam ter e para manter o custo disso, as emissoras de televisão, assim como de rádio, têm inúmeros patrocinadores. Eu costumo dizer que a grande mídia não é feita exatamente para o seu consumidor final, para o telespectador, para o rádio-ouvinte, ela é feita para atender o seu anunciante.

Agora, claro, para atender o anunciante, ela tem que chegar, passar pelo público, porque é esse público que consome os produtos do anunciante, sejam quais forem. Então, você tem que ter uma programação que atenda ao grande público, mas, ao mesmo tempo, não pode ser um tipo de conteúdo que agrida interesses daqueles que o financiam. Aí, você tem o dilema da liberdade. É um negócio danado. Mas acho que a diferença que a gente tem tentado fazer reside aí: a gente não tem que atender interesses

de absolutamente ninguém, a não ser o público.

- Além da trajetória no jornalismo diário, factual, você também mergulhou no jornalismo cultural, um entusiasta da cultura. Foi seu espectador na época do Sarau. Você é um cara que entende muito de música. E eu sei que você é ligado à cultura brasileira e à brasilidade como tal. Como é que você interpreta o ódio que essa extrema direita tem da cultura brasileira? De onde viria isso?

- Olha, tá aqui na minha camiseta, não dá pra vocês lerem aí: “Só o conhecimento liberta”. Isso é uma frase de José Martí, que foi um dos heróis, ou foi o herói da independência de Cuba, no final do século XIX; ele morreu na luta pela libertação de Cuba, que era a colônia espanhola, e dizia: só o conhecimento liberta.

Essa direita, extrema direita, os donos do poder, não querem um povo educado. Porque um povo educado, um povo com sabedoria, com conhecimento, se torna livre e se tornando livre, ameaça os privilégios e a concentração de renda dos donos do poder. Não é isso?

Eles não querem educação. Só que o brasileiro, muitas vezes, se torna mais sabido e adquire mais conhecimento sem ter podido fazer a escola que seria aquela sonhada, por exemplo, pelo Darcy Ribeiro, nos seus CIEPS, na escola de horário integral, onde as pessoas realmente evoluem muito. Mas muita gente aprende na cultura e na cultura popular.

Muita gente entende mais e sabe falar da vida e da realidade, da diferença de classes, da injustiça, através do samba, samba mesmo, feito por gente, às vezes, quase analfabeta, sem ter passado pelos livros, do que pelos livros.

E aprende, sabe, é sabido, e com críticas a tudo que você pode imaginar, né?

Todas as formas de dominação, e a gente estava falando sobre dominação da igreja. O Miguinho Neto, sambista, foi chefe da bateria do Salgueiro, no Rio de Janeiro, ele faleceu, eu era muito amigo dele; um sujeito grande, bonito. Ele fez várias músicas em parceria; fez uma linda, em parceria com o Zeca Pagodinho — o

**“Sou um
realista
esperançoso:
esperançar
é agir para
que as coisas
aconteçam”**

Zeca interpretou muitas coisas dele.

Mas o Almir fez uma música em que ele fala dessa coisa, dessa banalização do nome de Deus: “Deus te guarde”, “Deus te crie”, “Deus te acompanhe”, “Deus é nosso pai”, “é nosso guia” ... Tudo o que se faz na Terra, se coloca a Deus no meio. Ele faz esse samba dizendo que os habitantes da Terra estão destruindo o planeta,

estão se matando, estão pregando o ódio, e no meio disso tudo vive falando de Deus; Deus deve estar de saco cheio, porque isso está banalizado, o nome de Deus, o nome do sagrado, o nome daquilo que deveria ser, para essas pessoas e para todos nós, um modelo de forma de convivência social e de integração com o planeta, com o meio ambiente, com as criaturas todas.

Aí se me pega na religião, porque eu me chamo Francisco de Assis, em homenagem ao santo das criaturas, que amava as criaturas. Então, a sabedoria chega a muitas pessoas através da música. Houve uma época no Nordeste, em que aqueles que sabiam ler, decoravam as histórias do cordel, a cultura de cordel, as sextilhas, as décimas, e tal, e declamavam aquilo, contavam histórias, passavam conhecimento, passavam ensinamento, e isso se espalhava no meio do povo.

E é claro que a cúpula dominante, a Faria Lima... ela não quer, não quer que as pessoas saibam muito, que as pessoas se vejam como realmente são, em especial as pessoas mais pobres, como realmente são: escravizadas por um novo tipo de casa grande e uma grande senzala, que são as periferias.

Porque quando eu fazia um programa de música, em que a gente falava muito de samba e muito de música popular, a gente tocava em assuntos fantásticos, coisas que estão na vida de todo mundo desde sempre, e eu ficava muito à vontade mesmo, que a gente estava conversando a língua das pessoas.

- A sua relação com a música é conhecida. Pode falar um pouco sobre esse caminho pela arte?

- Um dia, eu fazia lá o Bom Dia Brasil, e a Ana Maria Braga, que é



muito minha amiga, me convidou para ir ao programa dela, pra cantar. A produção dela me procurou: “Ana Maria quer que você venha cantar, porque ela ficou sabendo que você cantou não sei onde, que não sei o quê”. Eu falei, mas eu não sei tocar instrumento. Aí ela falou: “Mas você viria?”. E eu falei: “Olha, eu iria cantar, mas só se eu pudesse levar o meu violonista que me acompanha”. “Ah, me passa! Me passa o nome dele, e tal”.

Eu falei, se vocês conseguirem que ele vá, aí eu vou”. Aí eu passei — se chama Antônio Petty Filho — e dei o número do Antônio Petty. Aí, dali a pouco, a menina me liga de volta: “Mas que história é essa?”. Eu falei: “Por quê?”. Ela falou: “Você me passou o telefone do Toquinho!”. Eu falei: “É do Toquinho mesmo!”. Toquinho, que era parceiro, foi parceiro do Vinícius —, porque eu tava num show do Toquinho em São Paulo, e ele me chamou pro palco pra eu cantar com ele. E eu, muito cara de pau, subi e cantamos; fizemos

dupla, ele fez segunda voz, ficou até bonito. E aí ele passou a me chamar, “vem cá, vem cá pra você cantar hoje”.

Eu cantei no Canecão, no Rio; cantei num teatro que tinha aqui em São Paulo, chamado Palladium. Aí, depois, o João Carlos Martins fez uma apresentação da sua orquestra em Curitiba e me chamou no palco pra cantar. E virou essa coisa de cantar.

Aí a Ana Maria me chamou pra cantar lá, eu levei o Toquinho, e foi muito engraçado porque, na véspera da apresentação, a Ana Maria falava assim: “Você não pode perder o Mais Você’ de manhã, ‘Chico e Toquinho””. Eu falei, olha que danada! Todo mundo achando que era o Buarque, que nada, era eu.

Toquinho entrou no programa; muita gente deve ter ligado achando que apareceu o Buarque lá, e nada. Aparece o Chico Pinheiro, decepção. Mas foi uma farrá ali, eu e Toquinho tocando. Toquinho tem uma delicadeza pra te colocar

no tom certo e tal. E depois, outra vez que ela me chamou pra cantar lá uma moda de viola, uma moda chamada Moda da Onça, eu chamei o Rolando Boldrin, e o Boldrin foi tocar Moda da Onça pra eu cantar.

Aí cantou comigo também; foi muito legal. E isso me dá muito orgulho: o Rolando Boldrin tava com o programa até a morte dele na TV Cultura, um programa chamado Senhor Brasil. E ele tinha feito o programa matinal de domingo na Globo. Reza um ditado aqui de onde eu moro que “as maiores expressões são a maior quantidade, são o Brasil”.

E eu falei: “O quê? O Brasil!”. Depois ele parou; teve um desentendimento com algumas pessoas da direção da Globo, não quis mais, e eu consegui que ele fosse ao programa da Ana Maria pra gente cantar “Moda da Onça”. E foi um sucesso tão grande, ele gostou tanto, que aí a gente fez um projeto pra ele voltar pra Globo pra fazer As Manhãs de Domingo. E o

grande diretor de televisão, o Milton Travesso, que era meu amigo, desenhou esse projeto e apresentamos pra Globo. Mas a Globo achou que não cabia mais, que já tinha lá Os Amigos Sertanejos, que não cabia o Boldrin.

O Boldrin não tava querendo voltar não, mas a gente convenceu que ele deveria voltar. Aí ele não voltou pra Globo, mas, pra minha felicidade, basicamente o mesmo projeto ele fez na TV Cultura. Iria ser um programa — o nome que eu tinha dado pra ele era Armazém.

Era igual a Armazém; era o mesmo projeto que eu tinha dado pra ele. Era Armazém. E tinha esses armazéns que tinha antigamente no interior, que vendem de tudo, né? De sal, linguiça, bicicleta, arroz, feijão e saca, né? Então era uma bancada daquela que você sentava, as pessoas chegavam pra tomar uma cachaça e beber um café, e apresentavam a música. E ele levou esse programa pra Cultura, que fez na Cultura, e eu fiquei muito feliz.

Estive com ele mais duas vezes depois que ele começou esse programa. Depois fizemos — apresentamos o programa pra Globo —, eu apresentei com ele um espetáculo de música e cultura popular, música e poesia, no Centro Cultural Banco do Brasil.

- Como profissional da grande imprensa, você sempre manteve presente seu posicionamento. Qual é o tabu que envolve esses profissionais de grande mídia que os impede de se posicionar?

- Olha, não é que impeça. Eu nunca fui impedido. Nunca me proibiram de me posicionar, de jeito nenhum. É, mas eu nunca fui um cara assim, vamos dizer... eu nunca me senti um sujeito panfletário, entendeu?

É claro que, às vezes, por exemplo, participando do jornal do ICL, eu uso de mais veemên-

cia e tal, porque a gente tem um público ali que é um público assumidamente progressista, então eu falo a linguagem mais parecida com eles.

Na TV Globo, nunca me proibiram, tal assunto você não pode falar, nunca fizeram isso. Mas também nunca fui comentarista lá; eu era âncora de um jornal.

E sempre, sempre, não me esqueço de que a minha posição não era congruente com a da emissora quando começou o processo

“O ICL é um projeto de jornalismo realmente livre, sem dependência de patrocinadores”

de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. E eu falei no estúdio: estão preparando um golpe, porque armaram uma comissão: o deputado Eduardo Cunha armou a comissão para examinar as questões da Dilma e ver se abre o processo de impeachment dela.

Só que ela está sendo acusada de pedaladas fiscais, e que isso seria uma jogada de corrupção. Agora, todos os membros dessa comissão todos, a partir do se-

nhor Eduardo Cunha, todos estão metidos em acusações suspeitas de corrupção.

Então, não vejo nele nenhuma autoridade moral para julgar uma presidenta por uma coisa que precisa ser estudada, a questão da pedalada fiscal, o que está acontecendo, o que pode acontecer não é impeachment, seria um golpe.

E eu me lembro que isso causou um certo desconforto, porque havia pessoas ao meu lado que estavam no estúdio debatendo aquele momento e que absolutamente não concordavam, achavam que tinha que caçar mesmo, essa não era a posição editorial da empresa naquele momento. E tudo bem, mas era a minha opinião. Agora, eu não vou usar a empresa para dar a minha opinião, né? Então, eu me absteve a partir dali de fazer esse tipo de denúncia. Eu não era um comentarista, eu era uma pessoa que apresentava as notícias.

Agora, eu nunca deixei de me manifestar quando havia abusos contra os direitos humanos, quando havia abusos de corrupção, tudo isso, eu sempre, sempre me manifestei.

Claro que uma posição diferente, de um apresentador de televisão, na maior emissora do país, você fazer isso para um público que já entende e que é majoritariamente progressista, é outra linguagem, e é outro território que comporta outra linguagem.

Antes até da existência da Globo News, o jornalismo da TV Globo era muito mais quadrado, muito mais fechado, a Globo News começou a abrir um pouco, você já tem pessoas que pensam, que dizem o que pensam, tem bons jornalistas ali manifestando opiniões com a maior liberdade, com grandes liberdades.

Então as coisas vão se transformando, nunca tive problemas de me manifestar, mas também tive juízo de saber que eu não posso

fazer ali um libero panfletário, que não tem nada a ver. Aliás, não é essa a função do jornalista.

- Você já pensou, já cogitou a possibilidade de desenvolver alguma atividade política? Diretamente?

- Começaram a me perguntar disso agora, que eu tenho falado muito — tenho falado muito no ICL, em todo lugar a que vou —, sobre a enorme importância que tem o parlamento hoje, e sobretudo o Senado, que vai decidir muita coisa a partir do ano que vem. É onde a extrema-direita está buscando espaço, porque sabe que ali pode ser o Calcanhar de Aquiles do governo e do Judiciário, do Supremo Tribunal Federal: eles podem fazer uma grande bagunça ali, faltam candidatos e tal.

Já tem gente que diz: “Não, você tem que ser candidato”.

Olha, eu nunca pensei em ser candidato, não. Fui convidado a ser candidato uma vez, em 1982, no começo, quando a gente teve a primeira eleição para governadores depois do Ato Institucional número 2, de 1966. Em 1964, você teve o golpe da ditadura militar; em 1966, a gente teve a eleição de governador, em que ganharam — venceram a eleição — governadores de oposição à ditadura, como o Negrão de Lima no Rio de Janeiro, Israel Pinheiro em Minas Gerais. Vários, vários venceram, e a ditadura então acabou com a eleição de governador.

Elas voltariam em 1978, mas aí houve um episódio conhecido, chamado Pacote de Abril, onde o ditador de plantão, que era o General Geisel, suprimiu essas eleições. Em 1982, afinal, tivemos eleições para governadores. Fui escalado para cobrir as eleições em Minas Gerais e procurei o candidato, Tancredo Neves, que eu conhecia bem e entrevistava frequentemente. Fui conversar com ele, e ele me disse: “Fecha a porta,

senta aqui no sofá do meu lado”.

Batia a mão na minha perna e disse: “Pinheirinho, você não vai ser o repórter da minha campanha. Você vai ser candidato. Vai pedir licença ou sair da TV Globo e será deputado federal”. Eu respondi: “O quê?”. Ele insistiu: “Vai assinar a filiação no MDB, (ou PMDB, não sei se já era PMDB), e eu garanto que você está eleito. Vou ganhar a governança de Minas, mas preciso de uma bancada de deputados federais jovens,

“Do rádio à TV, foram décadas de aprendizado e compromisso com a verdade”

arejados, que conquistem votos. Você é repórter do Jornal Nacional, tem 29 anos, está na flor da idade e eleito. Já tenho recursos para sua campanha: você será o speaker, o narrador.

Viajaremos o estado; em todo comício, você sobe no palanque, faz um discurso rápido e anuncia: ‘E agora, Tancredo Neves!’. Como as pessoas te conhecem da TV, será fácil ganhar votos. Vou distribuir santinhos com sua foto abra-

çado comigo. Você está eleito, garantido”. Eu argumentei: “Doutor Tancredo, não é meu projeto de vida. Quero continuar jornalista”. Ele retrucou: “Não quero saber agora. Converse com sua esposa e volte em uma semana para assinar a filiação”. Cheguei em casa e comentei como uma piada: “Que doideira! O cara quer que eu seja deputado”. Minha mulher respondeu: “Assina e traz o divórcio, porque não quero ser casada com deputado, de jeito nenhum”. Eu já não tinha interesse nisso. Ele queria dez deputados jovens e leais para ter peso na Câmara. Acabei não cobrindo tão de perto a campanha dele, fiquei constrangido e acompanhei mais de longe, cobrindo até o adversário, Eliseu Rezende. Apreendi coisas interessantes.

Olha, talvez vocês não tenham pensado nisso. Quando vejo os discursos e posições, Tancredo era tido como moderado — o pessoal mais à esquerda até criticava, porque ele não era barulhento, era da moderação. Mas as metas que tinha, perseguia com racionalidade.

Tancredo não entrava numa briga para perder. Fez a campanha das Diretas Já não com a virulência de outros — como Teotônio Vilela, Ulisses Guimarães, Lula, Brizola, que fizeram bonito —, mas ficou mais nos bastidores.

Aparecia, mas sem discursos que empolgassem tanto. Porque ele sabia: se aquilo não desse certo (como não deu), a presidência teria que ser conquistada pelo colégio eleitoral. Alguém precisava se preservar para negociar a transição democrática, pois nós, democratas, não tínhamos votos suficientes para eleger o presidente.

Quando as diretas se encerram com a frustração do sepultamento da emenda Dante de Oliveira. Tancredo começa a costurar apoios com maestria e prudência. Atrai líderes como o senador

Petronio Portela (da Arena), depois Aureliano Chaves (ex-vice de Figueiredo) e José Sarney, que acabou ficando na presidência. Teci uma trama de apoios da esquerda à centro-direita, não havia essa direita neofascista de hoje; a maioria era centro-direita, direita liberal que apoiava a ditadura, mas com quem era possível dialogar, como Marco Maciel, Petronio Portela, Aureliano Chaves. Quando a Arena despertou para a disputa no colégio eleitoral, a direita estava em conflito interno: Mário Andreazza, militares da linha dura e, no final, Paulo Maluf como adversário direto.

Tancredo, com seu arranjo de centro (da esquerda à centro-direita), conseguiu passar. Se pegar o discurso de posse que Tancredo escreveu — e não leu, pois foi internado na véspera —, é impressionante: parece um discurso do presidente Lula. Falava de teto para todos, combate à fome, exploração das riquezas por empresas brasileiras (antinacionalismo), justiça... Um discurso que caberia perfeitamente na boca do Lula. Acho curioso que nunca prestamos atenção nisso. O Lula, para chegar ao poder agora, também fez um arranjo, não ideal, mas necessário, com conservadores e o centrão, considerando a realidade política para alcançar o Planalto.

- Você tem nos planos a escrita de um livro sobre a sua trajetória jornalística?

- Ninguém está lendo livro hoje... Quem está lendo hoje são alguns intelectuais, pessoas universitárias, pessoas que veem vídeos o dia inteiro. Há uma profusão enorme de vídeos, gravações, conteúdos. Eu mesmo estou cercado de pilhas de livros que não consigo ler por falta de tempo. Livros exigem concentração maior. Mas vou escrever um livro para contar o quê? Olha só: histórias,

lendas e narrativas, eu as conto aqui. Agora, livro é para conter coisas fundamentais.

Acho que hoje, em vez de botar mais um livro por vaidade nas prateleiras, e até me ofereceram: nossa, você não tem tempo para escrever tanto, a gente põe alguém para redigir, depois você dá forma e publicamos, eu pergunto: para quê? Para fazer um lançamento?

Foram tantas pessoas... olha, esse livro leva meu nome? Nada.

“A sabedoria popular e a cultura ensinam tanto quanto os livros”

Já está cheio de livro aqui para ser lido. Tem livros de história, da história política recente do Brasil, alguns até com visão de dentro do regime da ditadura militar, tem os fundamentais como os livros do Gaspari, As Ilusões Armadas.

Há uma quantidade de obras sobre essa história recente, de gente que se dedicou profundamente a isso. Vou botar mais um livro para atraparalhar? Quero que as pessoas leiam os clássicos. Es-

tava falando com meu filho agora mesmo: o Supremo Tribunal Federal julgou quando tinha que julgar, caminhou e se preparou para isso. Ele perguntou: “Por quê?”. Respondi: “Porque resolveu encarar o Rubicão.”

E ninguém vai ao Rubicão para pescar”. E o que é isso? O Rubicão é um riozinho do norte da Itália. Quando as tropas romanas voltavam das campanhas de conquista, tinham que depor as armas na beira do Rubicão. Se passassem o rio para dentro da Itália, era sinal de que haveria luta armada pelo poder.

Júlio César foi ao Rubicão, atravessou e tomou o poder. Expliquei: o Supremo sabia que ninguém vai ao Rubicão para pescar. Vai-se ao colégio eleitoral por necessidade, vai-se ao Rubicão para atravessar e conquistar.

O Supremo sabe: chega ao Rubicão para atravessá-lo e obter o resultado necessário. Para isso, é preciso estudar história, ler as histórias de Roma, os clássicos gregos: a Ilíada, a Odisseia de Homero.... Há tanto na literatura: Machado de Assis, Guimarães Rosa, Érico Veríssimo, Eça de Queirós em Portugal... e as memórias! Pedro Nava, que descobri aos 30 anos, cinco volumes de memórias de um grande médico, considerado por muitos o maior memorialista da língua portuguesa, comparado a Proust.

Há uma quantidade enorme de literatura importante, divertida, instigante, que ensina. Agora, Chico Pinheiro, botar um livro aí? Esse pessoal tem muito mais a dizer do que eu. Então vou falando aqui, porque quem começar a assistir e chegar até aqui terá descoberto, muitas vezes, que há muita coisa importante.

- O que é que faz uma entrevista ser uma boa entrevista?

- Tanto de verdade que ela con- tiver, as novidades, né? E o que



faz uma entrevista ser uma boa entrevista é ela ser vista na hora certa para quem está interessado. Eu não sou entrevistado, é raro, eu sou mais entrevistador. O que faz uma entrevista ser uma boa entrevista é quem faz a entrevista, fazer perguntas certas que demandam resposta.

- Chico, só para encerrar. Você é um veterano, como foi falado aqui, da imprensa. Os principais momentos do país na travessia da ditadura, ainda na ditadura, para a democracia, e depois, você mesmo historiou aí a eleição de Tancredo, que foi o início do processo democrático, e agora uma tentativa de golpe de Estado que foi punida exemplarmente, foi a primeira vez na história. Você é otimista com o futuro do nosso país?

- Olha, eu prefiro... o Ariano Suassuna, quando lhe perguntaram se ele era otimista ou pessimista, ele falou assim: "Não sou nem otimista, nem pessimista. Sou um realista esperançoso".

Um realista é esperançoso, entendeu? E toda vez que falo de esperançoso, que é a condição

daquele que tem esperança, me lembro imediatamente de Paulo Freire. Eu sou esperançoso porque tenho esperança, mas tenho esperança do verbo esperar. Esperançar não é ficar sentado esperando a banda passar. Esperançar é, ao mesmo tempo que confia no resultado da ação dos homens e mulheres na história, trabalhar para que as coisas aconteçam.

Esperançar exige uma postura ativa, não passiva; exige uma postura de propostas. Então, sou, nesse sentido, um realista esperançoso. Tenho esperança e luto para isso. Do meu tamanhinho de luta, uma luta pequena, dentro da comunicação, mas junto a mim tem muita gente, ombro a ombro, na mesma luta.

Aliás, tem um poema lindo do Drummond, Sentimento do Mundo, que fala disso: "Olhe os meus colegas que estão todos taciturnos diante desses tempos difíceis, mas nutrem comigo grandes esperanças." Ele fala disso: "Vamos, não nos afastemos, vamos juntos de mãos dadas".

Então é isso: me sinto de mãos dadas com a minha turma do ICL, com vocês, da Focus, da Funda-

ção Perseu Abramo, com todos os progressistas e sonhadores desse país. Vamos, vamos aqui, um projeto de Brasil no qual nós acreditamos.

Nós acreditamos nisso: os progressistas, a esquerda verdadeira, acredita num projeto de país. Um projeto onde há respeito aos direitos humanos, mais igualitário, onde as riquezas são exploradas com respeito ao meio ambiente e ao solo, onde existe soberania e diálogo. Esse é o projeto em que a gente acredita.

É nele que deposito minha esperança e exerço o verbo esperar. Porque a direita não tem nenhum projeto. A direita, como disse esses dias o deputado Ivan Valente, fica esperando um aventureiro passar para pescá-lo e colocá-lo no poder. Assim fez com Collor, assim fez com Jair Bolsonaro.

Para quê? O que a direita quer ao poder? Para manter seus privilégios, continuar explorando as pessoas, sugando o máximo do meio ambiente e do país, para acumular. O chão não tem gaveta, né? Chega de mimimi, né? Chega de mito. ■



CNA

Trabalhador em atividade: recorde de 39,1 milhões de vagas com carteira assinada marca o melhor resultado da série histórica do IBGE

Emprego e renda em alta: Brasil tem menor desocupação desde 2012 e massa salarial recorde

Taxa de desocupação caiu para 5,6% e vagas com carteira somam 39,1 milhões. Massa de rendimentos chegou a R\$ 352,3 bilhões, maior da série histórica

Redação Focus Brasil

O mercado de trabalho brasileiro vive um momento histórico. A taxa de desocupação caiu para 5,6% no trimestre móvel encerrado em julho, o menor nível desde 2012, quando começou a série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE.

Ao mesmo tempo, a massa salarial atingiu R\$ 352,3 bilhões,

outro recorde. O desempenho revela um ciclo virtuoso em que mais pessoas estão empregadas e recebendo rendimentos maiores, o que impacta diretamente o consumo das famílias e a atividade econômica.

A população ocupada chegou a 102,4 milhões, também um recorde, e a formalização se consolidou com 39,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada, o maior número já registrado.

Para William Kratochwill, analista do IBGE, “esses indicadores sustentam o bom momento do

mercado de trabalho, com crescimento da ocupação e redução da subutilização da mão de obra, ou seja, um mercado mais ativo”.

O desemprego recuou para 6,1 milhões de pessoas, menor contingente desde 2013, e o número de desalentados caiu para 2,7 milhões, uma redução de 15% em um ano.

Renda em crescimento e formalização em alta

O rendimento médio real habitual dos trabalhadores chegou

a R\$ 3.484, com alta de 1,3% no trimestre e de 3,8% em relação a 2024.

Esse resultado foi puxado por setores como agricultura, construção e serviços domésticos, que tiveram aumentos acima da média.

A agropecuária avançou 7,2% no rendimento médio, a construção 7% e os serviços domésticos 5%. A administração pública e serviços sociais também tiveram papel importante, elevando em 1,8% a renda no trimestre.

A formalização segue sendo uma das marcas do atual ciclo. O número de empregados com carteira assinada, além de recorde, cresceu 3,5% em um ano, somando mais 1,3 milhão de pessoas.

O contingente de trabalhadores por conta própria também bateu o maior número da série:

25,9 milhões, o que demonstra vitalidade do empreendedorismo no país. A taxa de informalidade recuou proporcionalmente para 37,8%, abaixo da registrada no ano passado, apesar de uma leve alta em números absolutos.

Para o IBGE, essa mudança confirma que a criação de empregos formais foi mais significativa que a de informais.

Setores que mais geraram vagas

O crescimento do emprego foi puxado por diferentes áreas da economia. A agropecuária sozinha abriu 206 mil postos, enquanto o setor de informação e atividades financeiras contratou 260 mil trabalhadores e a administração pública e serviços sociais somaram 522 mil. Em comparação

anual, a expansão foi ainda mais ampla, com aumento expressivo na indústria, no comércio e no transporte.

Essa diversidade de setores em expansão reforça o vigor do mercado de trabalho brasileiro, que não apenas gera mais postos, mas também distribui oportunidades em diferentes segmentos. O resultado é uma redução consistente da desocupação, combinada com aumento do rendimento médio e crescimento da massa salarial.

O cenário mostra que o Brasil caminha para consolidar um novo ciclo de inclusão econômica. A menor taxa de desocupação em 13 anos, a formalização em patamares recordes e a renda em alta são marcos que, somados, evidenciam uma virada positiva no mercado de trabalho. ■

NÚMEROS DO EMPREGO E DA RENDA EM JULHO DE 2025

Indicadores do IBGE confirmam recordes de emprego formal, renda em alta e menor taxa de desocupação desde 2012



Fonte: IBGE - PNAD Contínua (julho/2025)

Lewandowski oferece apoio federal para apurar execução de ex-delegado em SP

Ministro classificou crime como “assassinato brutal” e afirmou que o Ministério da Justiça e Segurança Pública já adotou as providências cabíveis em sua esfera de atuação

Agência Brasil

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou, nesta terça-feira (16/9), ao chegar à Câmara dos Deputados, que entrou em contato com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para prestar solidariedade pelo assassinato do ex-delegado-geral da Polícia Civil Ruy Ferraz Fontes, ocorrido nesta segunda-feira (15/9), na cidade de Praia Grande, no litoral paulista.

Lewandowski garantiu que o Governo Federal está à disposição do estado para colaborar nas investigações.

“Liguei hoje para o governador de São Paulo, prestando a minha solidariedade pessoal, não só ao policial morto e à família, mas a todas as forças de segurança do estado. Nós nos colocamos à disposição do estado”, afirmou o ministro.

“O assassinato do ex-delegado-

-geral Ruy Fontes, em São Paulo, muito nos preocupa, realmente, porque foi um assassinato brutal. Isso mostra um nível de violência que, infelizmente, graça aqui no Brasil e também em outros países. Não é uma exclusividade do Brasil”, disse.

De acordo com o ministro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública já adotou as providências cabíveis em sua esfera de atuação. A Polícia Federal também foi acionada e poderá oferecer suporte técnico, se necessário. Entre os recursos colocados à disposição estão o banco de dados de balística, tecnologias de perícia e informações estratégicas.

As investigações, segundo o ministro, seguem sob responsabilidade da Polícia Civil paulista.

“As investigações estão em aberto, não temos nada de concreto ainda, mas certamente serão bem conduzidas pela Polícia de São Paulo, com apoio, se necessário, do governo federal, das forças federais, se formos convocados para tal”, afirmou.

Desafio global

Ao ser questionado sobre o contexto de violência em São Paulo e recentes crimes de execução no estado, Lewandowski ressaltou que o crime organizado ultrapassa fronteiras nacionais e precisa ser enfrentado com articulação internacional.

“Isso é algo muito grave. Quero dizer que também é fruto da proliferação de armas, sobretudo das armas de uso restrito. No passado recente, houve uma política de disseminação dessas armas sem controle. O atual governo está tentando agora estabelecer um controle mais rigoroso dessas armas.”

“Essas armas estão, muitas vezes, nas mãos de pessoas honestas, de boa fé, atiradores, caçadores, colecionadores, mas, na maior parte das vezes, essas armas caem nas mãos do crime organizado”, declarou.

O ministro ainda destacou a criação do Centro de Cooperação Policial Internacional, inaugurado recentemente em Manaus. A estrutura reúne representantes das forças de segurança dos nove países que fazem fronteira com a Amazônia Legal, além dos estados brasileiros da região.

O objetivo é fortalecer o combate a crimes transnacionais, como tráfico de drogas, armas, e organizações criminosas de atuação regional.

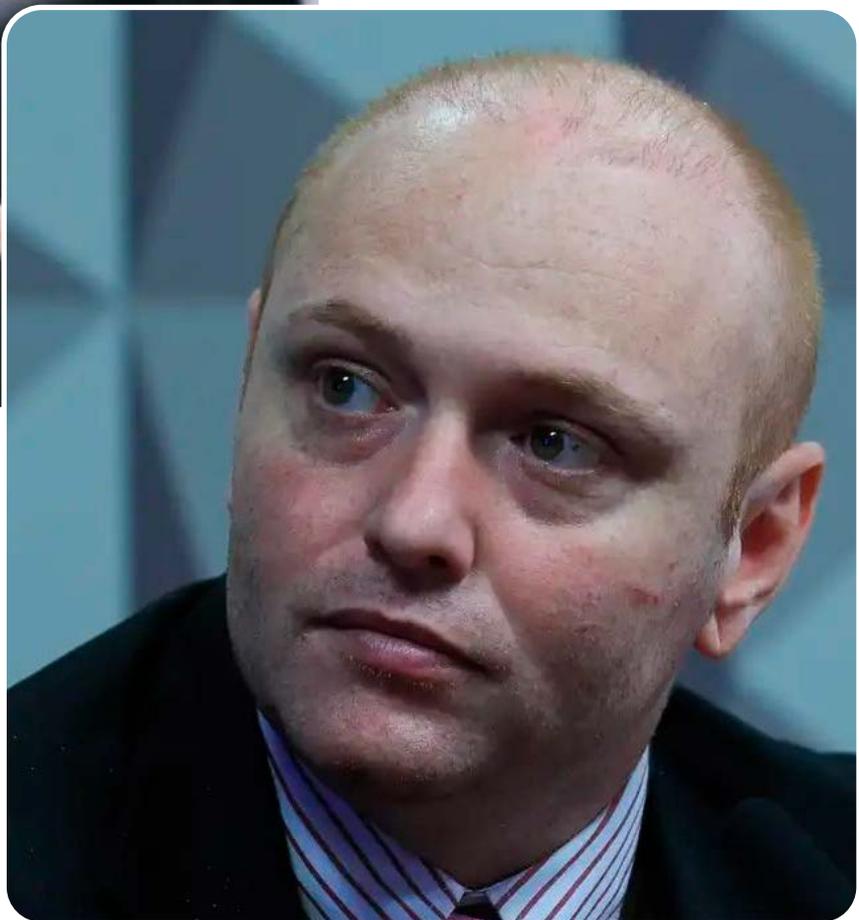
PEC da Segurança Pública

Lewandowski participa de agenda na Câmara para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que busca promover maior integração entre os órgãos de segurança pública em todo o país.

“Essa proposta tem em vista exatamente a integração de todas as forças nacionais para o combate deste flagelo que é o crime organizado”, concluiu o ministro. ■



CCJ inicia processo de cassação de Carla Zambelli com depoimento de hacker



Comissão ouviu Valter Delgatti e Michel Spiero em processo que pode levar à cassação do mandato da deputada, já condenada em ações no STF

Fernanda Otero

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados deu início, na quarta-feira (10), às oitivas referentes à Representação 2/2025, que pode resultar na perda do mandato da deputada Carla Zambelli (PL-SP). Licenciada, ela está detida na Itália desde 29 de julho e participou virtualmente das sessões.

Em agosto, Zambelli sofreu uma segunda condenação pelo episódio em que sacou uma arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo, às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. A pena foi fixada em 5 anos e 3 meses de prisão pelos crimes de porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo.

Na quarta-feira, duas audiências foram realizadas na CCJ. Foram ouvidos Valter Delgatti, o hacker que invadiu o sistema do STF a pedido da deputada, e Michel Spiero, que atuou como assistente técnico da defesa na Ação Penal nº 2.428, processo que resultou na condenação de Zambelli a 10 anos de prisão pela invasão de sistemas e adulteração de documentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Depoimento de Valter Delgatti expõe estratégia golpista

Na abertura, o presidente da CCJ, deputado Paulo Azi (União Brasil), ressaltou que estão sendo cumpridos todos os prazos regimentais com “garantia ao amplo direito de defesa”, e destacou a singularidade da situação.

“É a primeira vez que a Comissão avalia a perda do mandato de um parlamentar em circunstâncias totalmente imprevisíveis: uma deputada com processo transitado em julgado que se encontra detida fora do país”.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) lembrou que Zambelli “foi condenada criminalmente, por decisão unânime, à pena de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de crimes gravíssimos contra a fé

CJ iniciou processo inédito, com depoimentos sobre o papel de Zambelli em ataques ao STF e tentativa de desacreditar a Justiça

pública, o sistema de Justiça e a democracia”. Para ela, a perda de mandato deveria ser declarada de ofício, dado o trânsito em julgado.

O relator do processo, deputado Diego Garcia (Republicanos), iniciou os questionamentos a Valter Delgatti.

Ele afirmou que Zambelli lhe pediu que provasse a vulnerabilidade do sistema, com o objetivo de desacreditar a Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral. Delgatti declarou que a parlamentar “olhou nos olhos e disse: ‘você pode falar que fui eu que mandei, que eu responderei por isso’”.

A deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) classificou a oitiva como “uma tentativa protelatória”, já que a condenação de Zambelli transitou em julgado.

Para ela, a parlamentar “já está condenada e foragida na Itália e deveria ser extraditada para cumprir a sentença no Brasil”. Maria do Rosário reforçou: “A Câmara não pode ser biombo de bandidos. O crime de Zambelli foi fazer parte da tentativa de um golpe, visando à morte política das instituições e da democracia”.

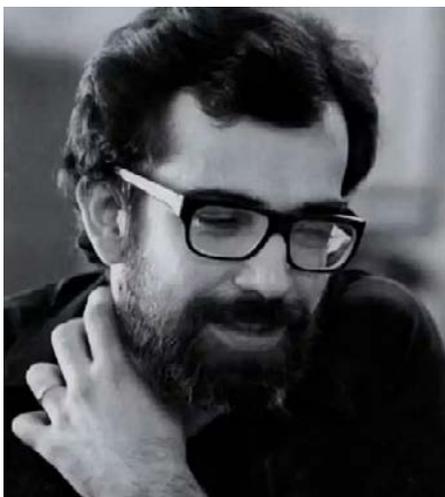
Parlamentares do PL, por outro lado, tentaram descredibilizar o processo, alegando que Zambelli seria uma “exilada política” e chamando o julgamento no STF de “farsa”. Dos 66 deputados que compõem a CCJ, apenas 14 estiveram presentes.

Ausências notórias

Na segunda audiência do dia, com quórum ainda mais baixo, sendo que apenas dois deputados do PL participaram, foi ouvido Michel Spiero, contratado pela defesa de Zambelli.

Ele disse ao relator que “foram encontrados alguns documentos nos dispositivos do Walter Delgatti e da deputada Carla”.

A audiência, conduzida pela deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), foi interrompida quando Zambelli tentou comentar os depoimentos. A presidente explicou que ela terá um momento próprio para se manifestar em sessão específica. ■



Governo agradece Justiça argentina por identificação de brasileiro morto na ditadura

Pianista brasileiro Francisco Tenório Cerqueira Júnior desapareceu em 18 de março de 1976, dias antes do golpe militar naquele país

Agência GOV

Em nota, o Governo Federal agradeceu o trabalho da Justiça argentina, que informou à Embaixada do Brasil em Buenos Aires no último sábado (13) ter identificado as digitais do músico brasileiro Francisco Tenório Cerqueira Júnior, desaparecido após um show em Buenos Aires em 18 de março de 1976, dias antes do golpe militar naquele país.

Após apresentação do grupo, Tenório deixou o hotel onde os músicos estavam hospedados, e nunca mais foi localizado.

Tenório Júnior encontrava-se na capital do país vizinho em turnê na companhia de Vinícius de Moraes, Toquinho e outros músicos. Na década de 1970 ele era um dos pianistas mais respeitados por seus pares no Brasil, participando de vários festivais e turnês no país e no exterior, além de ter trabalhado com grandes nomes da música brasileira.

“Trata-se de mais um exemplo da importância da atuação daqueles órgãos em prol da Memória, da Verdade e da Justiça, direito inalienável das vítimas, dos familiares daqueles que sofreram a violência dos regimes de exceção e também das sociedades da Argentina, do Brasil e de outros países latino-americanos que es-

tiveram sob o jugo de ditaduras militares no século passado”, diz a nota.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), órgão de Estado cujo apoio técnico-administrativo é de responsabilidade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), foi comunicada pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), a descoberta das circunstâncias da morte e o destino do corpo do pianista por meio do processo de datiloscopia, ou seja, de comparação de digitais humanas.

O levantamento feito pela Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad argentina, de ações judiciais iniciadas na província de Buenos Aires, entre 1975 e 1983, em virtude de cadáveres encontrados em vias públicas que foram arquivadas sem que a identidade das vítimas fosse determinada, possibilitou a análise das informações, com o objetivo de investigar se tais casos poderiam estar relacionados aos de pessoas mortas e desaparecidas pela violência estatal argentina.

Assim, a partir do trabalho de investigação da EAAF, por ordem da Cámara Federal de Apelaciones en lo Criminal y Correccional de la Capital Federal de Buenos Aires, foi possível estabelecer a confirmação da morte e o destino do corpo de Francisco Tenório Cerqueira Júnior, após a compa-

ração das impressões digitais de um cadáver de um homem morto por disparos de arma de fogo, encontrado em um terreno baldio na região de Tigre, próxima a Buenos Aires, no dia de 20 de março de 1976.

Não se sabe ainda se será possível exumar o corpo do Cemitério de Benavídez, na capital argentina, para comparação de amostra genética.

A CEMDP vem acompanhando esse caso e outros relacionados à denominada Operação Condor, por meio de seu integrante Ivan Marx, sendo que previamente já havia estabelecido procedimento próprio da CEMDP com o objetivo de coletar os dados datiloscópicos dos desaparecidos políticos brasileiros em outros países, bem como as amostras sanguíneas de seus familiares, para envio e intercâmbio junto as autoridades dos locais de desaparecimento, com finalidade de realizar descobertas como a do presente caso.

Ainda, a CEMDP ressalta que após o recebimento da notificação da EAAF, prontamente procurou e comunicou a família e segue à disposição para oferecer todo o apoio necessário aos familiares neste processo, assim como de colaborar com os esforços e diligências com vistas à localização dos remanescentes humanos do artista brasileiro, vítima da violência política de Estado na América Latina, Francisco Tenório Cerqueira Júnior. ■



Senado aprova proposta do PT para reduzir impactos do tarifaço dos EUA

Projeto de Jaques Wagner segue em urgência para o plenário e prevê medidas de proteção às empresas exportadoras, com críticas à postura da oposição

Redação Focus Brasil com Agência PT no Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira (16) o projeto de lei complementar (PLP 168/2025), de autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA), que cria medidas emergenciais para reduzir os impactos do tarifaço dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. O texto, relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), segue em regime de urgência para análise do plenário do Senado.

A proposta permite que as despesas e renúncias fiscais destinadas a apoiar empresas exporta-

doras não sejam computadas nas metas do resultado primário e no limite de despesas do arcabouço fiscal.

O texto também autoriza a União a ampliar em até R\$ 1 bilhão sua participação no Fundo Garantidor de Operações (FGO) e em R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), além de integralizar R\$ 1,5 bilhão em cotas específicas.

“Nós temos milhares de empresários que vivem uma pressão por conta do tarifaço. É uma situação emergencial, fruto de uma agressão unilateral do governo norte-americano contra a economia brasileira, numa clara tentativa de interferência na nossa soberania. Portanto, o governo brasileiro precisa dar uma resposta objetiva a essa situação que aflige o setor

exportador brasileiro”, afirmou o senador Rogério Carvalho (PT-SE) durante a discussão.

Defesa da soberania e críticas à oposição

A proposta também eleva o percentual adicional do Reintegra, regime que devolve parte dos tributos pagos por exportadores, para até 3% em operações afetadas pelas tarifas. Para a base governista, a medida é uma resposta firme à ofensiva de Donald Trump e ao apoio de setores bolsonaristas ao tarifaço.

Rogério Carvalho lembrou que a imposição das tarifas foi condicionada a pressões sobre o Supremo Tribunal Federal, denunciando a “conspiração” articulada por Eduardo Bolsonaro nos EUA.

“Não podemos diminuir a ação conspiratória contra o Brasil do deputado filho do ex-presidente, que tentou subjugar nosso país ao interesse de uma família que tentou um golpe de Estado para se perpetuar no poder”, disse.

A senadora Teresa Leito (PT-PE) reforçou que as sanções impostas a ministros brasileiros demonstram o ataque à soberania nacional. “Sempre defendemos o respeito, a autonomia e a soberania dos povos. E vamos continuar buscando alternativas para o país não estar no apagão que os EUA desejavam”, afirmou.

O relator Veneziano Vital do Rêgo destacou que a iniciativa só foi necessária por causa das medidas norte-americanas, articuladas com apoio da oposição bolsonarista. “O deputado Eduardo Bolsonaro colocou seus aliados numa situação muito difícil. A proposta de Jaques Wagner só existe porque o governo norte-americano adotou medidas conspiratórias contra o Brasil”, afirmou. ■



Justiça e reconstrução: é hora de novos tempos

Para a secretária nacional de Finanças e Planejamento do PT, julgamento do STF marca o fim de um ciclo de retrocessos e abre caminho para um Brasil democrático e inclusivo

Gleide Andrade

O Brasil viveu um momento histórico. Jair Bolsonaro foi condenado a 27 anos de prisão, junto a cúmplices de uma trama que tentou rasgar a Constituição e ameaçar a democracia.

A justiça foi feita, com amplo direito de defesa e julgamento transparente — exatamente o oposto do que eles tentaram impor ao país. O processo demonstrou que a democracia brasileira

amadureceu ao submeter ao crivo da lei até mesmo um ex-presidente que buscou subverter o Estado Democrático de Direito.

Bolsonaro ficará marcado como o presidente que tentou mergulhar o Brasil no caos, mas fracassou diante da resistência do povo e da firmeza das instituições. Sua trajetória de confronto com o Supremo Tribunal Federal, com o Congresso Nacional e com a imprensa livre revelou a face mais perversa do populismo autoritário. Como alertam Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as Democracias Morrem*, o desprezo pelas regras democráticas

é o primeiro passo para a erosão das instituições.

Agora é tempo de reconstrução. Sob a liderança do presidente Lula, o país retoma programas de combate à fome, investe em educação e saúde, recupera a indústria, gera empregos e volta a ocupar seu lugar no cenário internacional.

Em sua terceira passagem pela Presidência, Lula reassume a tarefa de unir o Brasil em torno de um projeto nacional com pilares claros: democracia, desenvolvimento sustentável e justiça social. Sua experiência e legitimidade, construídas no diálogo com o



povo, são fundamentais para conduzir o país em meio às crises globais e às heranças de retrocesso deixadas pelo bolsonarismo.

Essa reconstrução é também um projeto de paz. Depois de anos em que o ódio político e a violência foram incentivados pelo governo anterior, Lula convoca a sociedade ao caminho da reconciliação nacional. Paz aqui não significa silêncio ou submissão, mas respeito às diferenças, valorização da diversidade e reafirmação da democracia como espaço de debate civilizado.

O Brasil, que foi palco dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023, precisa transformar a dor em aprendizado coletivo para que a intolerância jamais volte a ameaçar o futuro da nação.

Ao mesmo tempo, Lula resgata a agenda de desenvolvimento e combate às desigualdades, re-

colocando o Estado como indutor do crescimento. Programas de geração de emprego, investimentos em infraestrutura, apoio à agricultura e reindustrialização demonstram que a reconstrução não será apenas institucional, mas também material. O crescimento econômico, articulado a políticas de inclusão social, deve devolver dignidade à população mais pobre, erradicar a fome e enfrentar desigualdades históricas de raça, gênero e território.

Um destaque fundamental é a valorização da agricultura. Ao mesmo tempo em que apoia o agronegócio exportador, o governo fortalece a agricultura familiar, responsável por grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Programas de crédito facilitado, investimentos em tecnologia e políticas de compra pública — como o fortalecimento

do PAA e do PNAE — estimulam a produção local, geram empregos no campo e garantem renda a milhões de famílias agricultoras. A ênfase em práticas sustentáveis e na transição energética projeta o Brasil como protagonista mundial na construção de uma economia verde e inclusiva.

Mas este é um desafio coletivo. Reconstruir exige união entre trabalhadores, juventude, empresários, intelectuais, lideranças religiosas e todos os que acreditam no Brasil. Não há espaço para neutralidade: a escolha é entre democracia e golpismo, entre avanço e retrocesso, entre um Brasil para todos e a política do ódio que divide a sociedade. Como lembra Yascha Mounk, o populismo autoritário prospera quando mina a confiança nas instituições e coloca o povo contra si mesmo. Derrotá-lo, portanto, requer coragem e unidade democrática.

O julgamento fecha um ciclo de dor e abre um caminho de esperança. É preciso transformar essa vitória institucional em vida melhor para milhões de brasileiros, garantindo direitos e ampliando a participação social.

A experiência recente demonstrou que a democracia não é indestrutível e que sua defesa requer vigilância permanente. Como afirmam Levitsky e Ziblatt em *Como Salvar a Democracia*, a sobrevivência depende da ação corajosa de líderes e cidadãos que, em momentos de crise, escolhem a Constituição e a justiça em vez do silêncio e da cumplicidade.

O Brasil sonhado — democrático, justo, soberano e de paz — começa a se erguer agora. O povo, mais uma vez, mostra que sabe transformar justiça em futuro. Com Lula na liderança, a reconstrução reafirma a esperança como força política e a inclusão social como destino histórico. ■

Gleide Andrade é secretária nacional de Finanças e Planejamento do PT.

CPMI do INSS: “Careca do INSS” cancela depoimento e comissão convoca familiares de acusados

Ausência de Antônio Carlos Camilo, o “Careca do INSS”, marca sessão da CPMI; ex-ministro de Bolsonaro é acusado de omissão em fraudes bilionárias

Fernanda Otero

A reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS marcada para esta segunda-feira (15) foi cancelada após a ausência de Antônio Carlos Camilo, conhecido como “Careca do INSS”.

O anúncio foi feito pelo presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), e surpreendeu, já que a própria defesa havia confirmado a presença do investigado.

Preso desde sexta-feira (12) na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, Camilo é apontado como principal operador de um esquema de cobranças ilegais de mensalidades associativas, descontadas sem autorização de aposentadorias e pensões do INSS.

No sábado (13), o ministro do STF André Mendonça havia autorizado sua participação facultativa no Congresso Nacional.

Segundo depoimento de Eliane Viegas Mota, diretora de Au-

ditoria de Previdência da CGU, o “assalto às aposentadorias explodiu durante o governo Bolsonaro”, especialmente entre 2019 e 2020, com um salto nas assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) entre 2021 e 2022.

Camilo é acusado de usar procurações e subornar servidores do INSS para inserir descontos indevidos. Atuava como lobista e seria o elo entre associações fraudulentas e a autarquia federal.

Depoimento de ex-ministro

Na última quinta-feira (11), a CPMI ouviu o ex-ministro do Trabalho e Previdência do governo Bolsonaro, Ahmed Mohamad Oliveira (também conhecido como José Carlos Oliveira). Segundo a investigação, entidades autorizadas por ele causaram prejuízo estimado em R\$ 1,3 bilhão em 2023 e R\$ 706 milhões em 2022.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) citou o caso da AMBEC, que saltou de três associados e arrecadação de R\$ 135 para R\$ 15 milhões no ano seguinte, chegando a R\$ 69,5 milhões. Já o deputado Alencar Santana (PT-SP) apresen-

tou documento do Procon-SP que comprova reuniões de integrantes do governo Bolsonaro — incluindo o então ministro Sérgio Moro — com associações que denunciaram os descontos indevidos.

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) confrontou Oliveira com um ofício de 2018, quando ele era superintendente do INSS, que já registrava formalmente irregularidades. Para Contarato, a contradição indica omissão deliberada: “o crime de falso testemunho, no artigo 342, é de ação penal pública incondicionada”.

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) questionou o ex-ministro sobre doação de R\$ 32,3 mil de José Arnaldo Bezerra Guimarães, citado em inquérito da Polícia Federal, e lembrou os vínculos do doador com a Conafer, entidade que movimentou R\$ 362 milhões em 2019 e manteve arrecadações milionárias nos anos seguintes.

Os parlamentares do PT ressaltaram que as investigações avançaram apenas no atual governo. “A prisão dos operadores do esquema só foi possível graças às investigações conduzidas durante o governo Lula”, afirmou o deputado Rogério Correia (PT-MG).

Próximos passos da CPMI

A próxima reunião da comissão está marcada para quinta-feira (18), às 9h, com a convocação de seis testemunhas ligadas ao “Careca do INSS” e ao empresário Maurício Camisotti, ambos presos por fraudes em benefícios previdenciários.

Segundo o presidente da CPMI, a decisão de ouvir os familiares foi tomada por acordo entre governo e oposição, em resposta à falta de compromisso de Camilo e Camisotti em depor. A votação dos requerimentos está prevista para esta terça-feira (16). ■

Com informações da Agência Senado e Agência PT

Golpismo nunca mais

Lindbergh Farias

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de reclusão por ser mandante na trama golpista é um avanço na história brasileira. A sentença, que também atingiu outros sete réus, consolida-se como um marco jurídico e civilizatório: é a primeira vez que a mais alta corte do país responsabiliza e pune, de forma inequívoca, os mandantes de uma tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito mediante o uso da força.

A condenação é resultante de uma investigação meticulosa, lastreada em farta documentação, que expôs a gravidade de uma organização criminosa articulada por Bolsonaro. Pela primeira vez, um ex-presidente da República e altas patentes das Forças Armadas são condenados por conspirar abertamente contra a democracia e tentar impor, a qualquer custo, um regime de exceção. A mensagem é clara: golpistas e traidores da pátria não passarão.

Bolsonaro nunca negou seu caráter de déspota, ao longo de sua carreira militar e de político, sempre deixou claro seu desprezo às instituições. Quando assumiu o cargo de presidente, em 2019, começou a conspirar contra a democracia e, após a derrota para Lula, em 2022, explicitou que seu objetivo era o de permanecer no poder a qualquer custo.

O Brasil, ao contrário do que prega a extrema-direita nacional e internacional, sob a batuta do presidente dos EUA, Donald

Trump, deu ao mundo uma aula de resiliência institucional. O STF, em decisão histórica e incontestável, reafirmou a premissa fundamental de que ataques à democracia devem ser reconhecidos, julgados e punidos. É uma medida profilática para que as sombras do passado não se repitam na impunidade e estimulem novas aventuras golpistas.

Foi crucial a qualificação do esquema como uma organização criminosa, que se valeu de um poderoso ecossistema de desinformação para disseminar narrativas falsas, minar a confiança nas eleições e incitar ações violentas. O julgamento pelo STF foi, assim, uma vitória sobre a manipulação sistemática da verdade, prática disseminada pela extrema-direita.

Neste momento de reflexão, é imperioso homenagear militantes que resistiram ao autoritarismo e aos ataques à democracia em diferentes momentos da história. Militantes que foram presos, torturados, mortos ou forçados ao exílio. Nomes como Edson Luís, Rubens Paiva, Carlos Marighella, Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e Stuart Angel simbolizam o preço sangrento que foi pago pelos que lutaram pela liberdade. E também os sobreviventes, como a ex-presidenta Dilma Rousseff, presa e torturada pela ditadura, cuja resistência personifica a força dos ideais diante da opressão.

Suas trajetórias nos lembram que a democracia é uma conquista diária e jamais pode ser subestimada. O Brasil, que sofreu sob a ditadura militar, agora afirma de forma inequívoca que não há espaço para novos atentados contra a democracia.

O Brasil emerge do processo

como exemplo para o mundo. Mostramos que nossa Justiça não se curvou a indevidas pressões externas, deixando claro que democracia e a soberania popular não se negociam e que ninguém está acima da lei. As provas contra o delírio golpista do ex-presidente e de seu clã são robustas, expondo planos contra a liberdade e até o assassinato de autoridades.

Que ninguém esqueça a gravidade dos fatos golpistas, inclusive outros episódios do governo militarista passado, como o negacionismo durante a pandemia de Covid-19, expressão do mesmo projeto de poder e que provocou a morte de milhares de pessoas. Bolsonaro desrespeitou as instituições e também o povo brasileiro, tratado por ele com desprezo absoluto.

A pena do chefe da trama golpista deve ser cumprida em regime fechado de segurança máxima, conforme manda a lei para organizações criminosas. Qualquer debate sobre anistia, neste contexto, seria uma afronta direta à Constituição e à própria razão de ser do Judiciário. Esse tema deve ser sepultado pelo Parlamento, até mesmo porque 61% da população se opõe à anistia aos golpistas.

Ao condenar os golpistas, o Brasil exorciza os fantasmas do autoritarismo e reafirma, solenemente, a defesa do Estado Democrático de Direito, da soberania e da independência dos Três Poderes. A partir de agora, definitivamente, poderemos celebrar com orgulho o 11 de setembro de 2025 como a data histórica da vitória da democracia contra qualquer tentativa de instituição de uma ditadura no Brasil. Um dia em que o país venceu o medo e enterrou, de vez, a ameaça da ditadura. A democracia venceu. ■

(*) *Deputado federal (PT-RJ) e líder da Bancado do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados*



Victor Jucá/Divulgação

Safra celebrada do cinema nacional leva “O Agente Secreto” a representar o Brasil no Oscar 2026

Filme estrelado por Wagner Moura será o representante do país na categoria de Melhor Filme Internacional; governo celebra escolha e safra brasileira ganha destaque mundial

Guto Alves

Há muito tempo a escolha brasileira para o Oscar não mobilizava tantas paixões – reconhecendo aqui, é claro, que Ainda Estou Aqui, de Walter Salles, foi um um arrebatador e inesperado sucesso – desde que a equipe do longa trouxe a estatueta, inédita, de Melhor Filme Internacional.

As apostas para a próxima edição já esquentam e, nesta segunda-feira (15/9), a Academia Brasileira de Cinema e Artes Audiovisuais (ABCAA) anunciou que O Agente Secreto, de Kleber Mendonça Filho, será o representante do Brasil na corrida por uma vaga ao Oscar de Melhor Filme Internacional em 2026.

O anúncio não veio sem disputa: nas redes, espectadores, críticos e profissionais do setor dividiram-se entre o filme de Kleber e Manas, de Marianna Brennand, reconhecido pela força social e pelo brilho de seu elenco, ancorado por Dira Paes.

O clima de celebração, entretanto, não diminui a responsabilidade que recai agora sobre O Agente Secreto, longa que mergulha nas sombras da ditadura militar brasileira ao narrar a trajetória de um jovem recrutado como informante. Suspense, memória política e drama humano se cruzam em uma obra que já emocionou plateias de Cannes, onde Kleber recebeu o prêmio de Melhor Dire-

tor e Wagner Moura o de Melhor Ator.

Um filme, um país

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em agosto recebeu elenco e equipe para uma sessão especial no Palácio da Alvorada, celebrou publicamente a decisão: “O audiovisual brasileiro vive um grande momento, fruto de muito talento, trabalho e incentivo. Estou certo de que O Agente Secreto vai representar o nosso cinema com louvor”.

Naquela exibição em Brasília, acompanhada pela primeira-dama Janja e pela ministra da Cultura, Margareth Menezes, o filme foi recebido como mais do que



Julia Roberts, Dira Paes e Marianna Brennand em Los Angeles



Cena do filme O Último Azul. A atriz Denise Weinberg (foto) interpreta a personagem Tereza.

produto artístico: era também memória e reflexão sobre democracia. Kleber Mendonça Filho resumiu o espírito da noite:

“Este filme foi feito no Brasil, com recursos brasileiros e com histórias que falam de nós. Levá-lo para Cannes e receber esse retorno é prova de que o Brasil tem muito a dizer ao mundo através da sua arte. Estar hoje no Palácio da Alvorada reforça o quanto o cinema pode ser também um ato político e cultural”.

O apoio público ao longa também sublinha a política de re-

tomada do setor audiovisual. O Agente Secreto contou com financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), gerido pelo MinC e pela Ancine, ferramenta que viabilizou uma geração de filmes com ambição estética e repercussão internacional.

“Manas” brilha em Hollywood

Embora O Agente Secreto tenha sido a escolha oficial, Manas, de Marianna Brennand, também viveu seu momento em Los Angeles.

O longa teve uma sessão exclusiva organizada por Julia Roberts e Sean Penn, que atuam como apoiadores da obra.

Ao lado da atriz paraense Dira Paes, Roberts destacou o impacto emocional do filme: “Estou muito animada com o que está prestes a acontecer com todos nesta sala, porque aconteceu comigo e vai transformar vocês. Este filme é uma afirmação da vida de uma forma tão triste, bonita e mágica”.

Dira Paes, emocionada, relatou ao Globo: “Foi emocionante ouvir da própria Julia, olhando nos meus olhos e segurando minhas mãos, o quanto ela estava tocada com o nosso trabalho, e depois receber aquele abraço sincero de quem diz: ‘estamos juntas!’”.

Manas foi um dos pré-selecionados pela ABCAA e segue sua trajetória internacional. A disputa simbólica com O Agente Secreto mostra não um racha, mas a potência de uma cinematografia capaz de oferecer múltiplos olhares sobre o Brasil contemporâneo.

Uma safra celebrada

O cinema brasileiro vive um momento raro de reconhecimento internacional. Em Cannes, Wagner Moura foi premiado como ator, Kleber como diretor; em Berlim, O Último Azul conquistou o Prêmio da Crítica com sua alegoria distópica sobre regimes autoritários.

Além de O Agente Secreto e Manas, a lista de indicados pela ABCAA incluiu filmes de forte densidade social e estética: Kasa Branca, de Luciano Vidigal, um retrato afetivo da Baixada Fluminense; Baby, de Marcelo Caetano, olhar sobre juventude e masculinidade em São Paulo; e Oeste Outra Vez, faroeste sertanejo de Érico Rassi que revisita o gênero com sotaque brasileiro. ■

Centro Cultural Correios do RJ recebe exposição inédita e gratuita de Rembrandt com 69 gravuras originais

Pela primeira vez no Brasil, mostra reúne 69 gravuras originais de Rembrandt em exposição gratuita e acessível no Centro Cultural Correios do Rio



Reprodução

Redação Focus Brasil

O Centro Cultural Correios Rio de Janeiro recebe, de 24 de setembro a 8 de novembro, a exposição “Rembrandt – O mestre da luz e da sombra”, com 69 gravuras originais do holandês Rembrandt Harmenszoon van Rijn (1606–1669).

Reconhecido como um dos maiores artistas da história, o mestre do claro-escuro chega ao Brasil com uma mostra gratuita e acessível, incluindo placas em braile, tradução em libras e até

um autorretrato em 3D com recurso tátil.

Trata-se de um marco cultural: é a primeira vez que um conjunto de obras autênticas de Rembrandt será exibido no país.

Antes do Brasil, a exposição passou por Alemanha, Espanha, Estados Unidos, China, Colômbia, México, Itália, entre outros países, reunindo milhares de visitantes.

O legado universal de Rembrandt

Rembrandt nasceu em Leiden, em 1606, e conquistou reconhecimento em Amsterdã durante o Barroco. Ao longo da vida, produziu mais de 300 pinturas, 300 gravuras e cerca de 2.000 desenhos, explorando retratos, paisagens e cenas bíblicas.

Seu uso inovador da luz e da sombra influenciou desde o Impressionismo até o cinema moderno, tornando-o atemporal pela forma como capturava a alma humana.

“Rembrandt é um artista que fala a todos, capaz de entusiasmar pessoas de diferentes culturas e épocas. Esta exposição é enriquecida por ferramentas que permitem a fruição também a pessoas com deficiência visual ou auditiva. É uma mostra inclusiva e universal, um presente para o público”, destacou Luca Baroni, curador da exposição e diretor da Rede de Museus da Região Marche Nord, Itália.

Para Álvaro Moura, responsá-

vel pela vinda da mostra ao Brasil, a atualidade da obra está na profundidade com que o artista tratava os sentimentos humanos: “Em tempos de velocidade e superficialidade, sua arte convida à pausa, ao silêncio e à reflexão. Séculos depois, Rembrandt ainda fala a todos nós”.

Arte acessível e para todos

Além da gratuidade, a exposição foi concebida para democratizar o acesso a um dos maiores nomes da cultura ocidental. Crianças, jovens, estudantes e famílias poderão ter contato com um conjunto raro de gravuras que atravessou séculos e fronteiras.

O Centro Cultural Correios Rio de Janeiro, inaugurado em 1922 e restaurado nos anos 1990, abriga o evento em suas instalações históricas no Centro do Rio. Com três andares, elevador panorâmico e o Teatro Correios Léa Garcia, o espaço se consolida como um polo cultural acessível e plural. ■

Serviço

Exposição: Rembrandt – O mestre da luz e da sombra

Visitação: 24/9 a 8/11 de 2025

Dias e horários: terça a sábado, das 12h às 19h

Local: Centro Cultural Correios Rio de Janeiro – Rua Visconde de Itaboraí, 20 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

Entrada gratuita | Acessibilidade garantida

*Com informações da Agência Gov



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião com o Governador da Província de Buenos Aires, Axel Kicillof, no Palácio do Planalto.

O futuro da Argentina passa pela unidade do peronismo

A separação das eleições legislativas, uma lista consensuada com dificuldade e o escândalo de corrupção envolvendo a irmã de Milei abriram caminho para a vitória histórica de Axel Kicillof, celebrada por Lula, Boric e Yamandú Orsi. Um resultado que o projeta como presidenciável para 2027

Paulo Pereira

Axel Kicillof não é apenas mais um nome na política argentina. Economista formado na Universidade de Buenos Aires, ex-ministro da Fazenda de Cristina Fernández de Kirchner, professor de teoria econômica, ele construiu uma trajetória marcada por rigor técnico, disciplina e opo-

sição às políticas neoliberais.

Hoje, como governador da província de Buenos Aires — o maior colégio eleitoral do país — Kicillof celebrou uma vitória retumbante sobre Javier Milei nas eleições legislativas do último domingo, 7 de setembro, e acendeu debates sobre seu potencial para disputar a presidência em 2027.

Na noite da vitória, quando subiu ao palco, as ruas vibravam com gritos da militância que ecoavam entre prédios e avenidas:

“¡Se siente, se siente, Axel Presidente!”. Não era apenas uma celebração local: era um prenúncio de esperança, a percepção de que Kicillof poderia encarnar uma nova liderança em meio ao vácuo deixado pelo desgaste de Cristina Kirchner e o fracasso eleitoral de Sérgio Massa.

O “duplo triunfo” — sobre Milei e sobre a influência kirchnerista — reposicionou o tabuleiro político. Com 47,3% dos votos, conquistados pela lista da Fuerza Patria, Kicillof consolidou hegemonia em Buenos Aires e demonstrou que é possível disputar espaço no peronismo sem depender da bênção da ex-presidente. Transformar essa legitimidade em alcance nacional será, porém, o verdadeiro teste.

Kicillof já provou que tem visão política aguçada. Isso ficou evidente em 2023, quando entrou em rota de colisão estratégica com Cristina Kirchner.

A ex-presidente queria lançar o senador Eduardo “Wado” de Pedro como candidato presidencial do kirchnerismo, o que exigiria que Axel abrisse mão da província — sua base de poder e principal capital político. Ele recusou. A decisão frustrou os planos de Cristina e acabou levando Sergio Massa à candidatura, formalmente apoiado pela ex-presidente, mas derrotado por Javier Milei. O resultado reforçou que a aposta de Kicillof era a correta.

Apesar de ter se tornado conhecido no cenário nacional da política argentina pelas mãos de Cristina Kirchner, Kicillof não se submete incondicionalmente ao poder e à influência da família Kirchner dentro do peronismo. Isso ficou bastante evidente ainda durante a campanha presidencial de 2023, quando explodiu o escândalo de Martín Insaurralde — chefe de gabinete e aliado de Máximo Kirchner. Máximo, filho de Cristina, deputado nacional e

presidente do Partido Justicialista da província de Buenos Aires, lidera a La Cámpora, grupo juvenil kirchnerista que exerce grande peso sobre o núcleo duro do movimento.

Quando Insaurralde foi flagrado em um luxuoso iate na Espanha em plena campanha eleitoral, Kicillof exigiu sua renúncia imediata. O gesto simbolizou independência: o governador não se curvaria à tutela kirchnerista, afirmando autonomia sem romper formalmente com o movimento.

O distanciamento ficou mais evidente quando Kicillof falou publicamente que era “tempo de compor novas canções”, uma metáfora para a necessidade de renovar o peronismo e buscar consensos mais amplos. Para o kirchnerismo duro, porém, a frase soou como uma traição: não apenas sugeria autonomia de Axel, mas também questionava a centralidade de Cristina e de Máximo no projeto político do movimento.

A reeleição em Buenos Aires consolidou Kicillof como novidade e ponto de ruptura. Parte de sua força política se apoia na base consolidada de prefeitos em todo o território que governa, que garantem sustentação local e mobilização do eleitorado. Em 2025, ao separar pela primeira vez em quase quatro décadas as eleições legislativas provinciais, em setembro, das nacionais, em outubro, ele assumiu um risco calculado: caso o peronismo fracassasse em seu próprio reduto, o desempenho nacional estaria ameaçado.

Cristina discordou publicamente: em abril publicou um texto no X (antigo Twitter) onde dizia que “o melhor para os bonaerenses em geral e para o peronismo em particular é votar apenas uma vez, no dia 26 de outubro. Ou seja, eleições simultâneas, como vem sendo feito há mais de 40 anos”.

Em junho, em meio à sua condenação judicial — atualmente em prisão domiciliar —, alertou que o resultado de setembro seria determinante para outubro, lembrando que um peronismo enfraquecido no nível provincial comprometeria as chances nacionais.

Nos últimos momentos antes do fechamento das candidaturas, a lista Fuerza Patria foi construída para equilibrar interesses divergentes. Gabriel Katopodis, ministro do governo provincial e ex-prefeito do município de San Martín, assumiu a cabeça de lista — neutro e aceito por todos. A escolha simbolizava mais do que estratégia: Kicillof podia liderar sua base mantendo narrativa de unidade.

O peronismo chega de cara a 2027 fragmentado em quatro correntes por hora: o kirchnerismo duro, centrado em Cristina e Máximo; o massismo, enfraquecido, mas ainda relevante; o kicillofismo, alternativa geracional em busca de renovação; e Juan Grabois, com seu partido Pátria Grande, que embora próximo a Cristina, atua como força autônoma dentro do movimento. Cada bloco carrega feridas antigas, ressentimentos acumulados e disputas internas que evidenciam a dificuldade de se unir em torno de um projeto coerente.

Kicillof possui fôlego político, base popular e legitimidade de duas vitórias consecutivas. Mas os dilemas são claros: como expandir sua imagem nacionalmente? Como dialogar com setores independentes e de centro, essenciais para uma vitória presidencial? E, acima de tudo, como reconstruir unidade em um peronismo marcado por rivalidades históricas?

Transformar Axel em presidente implica superar obstáculos significativos. Seu entorno ainda é pouco profissional, carece de capacidade de articulação política robusta e as forças que o

apoiam não se consolidaram em bloco próprio, mas sim em oposição ao kirchnerismo.

A construção de uma equipe qualificada, capaz de enfrentar desafios nacionais e negociar alianças estratégicas, será decisiva para que seu nome transcenda Buenos Aires e se torne uma alternativa viável à presidência.

A história ensina: o peronismo sobreviveu às crises quando conciliou contradições internas — Perón equilibrando sindicatos e militares, Menem integrando aparato partidário e neoliberalismo, os Kirchner unindo direitos humanos e reconstrução pós-2001. Hoje, essa síntese não existe. O risco é que o movimento se transforme em uma federação de caciques, incapaz de oferecer alternativa de poder — exatamente o cenário que Milei deseja.

O futuro de Kicillof — e, em grande medida, da Argentina — dependerá de sua habilidade em liderar a recomposição do peronismo. A vitória de setembro mostrou que ele possui fôlego político, mas o caminho até 2027 será marcado por confrontos internos, negociações estratégicas e testes de liderança.

Cristina Kirchner, embora atualmente impedida de disputar eleições e sob prisão domiciliar, não é carta fora do baralho; seu peso político permanece, moldando decisões e alianças dentro do movimento. Para derrotar o mileísmo e a extrema-direita em 2027, a estratégia passa obrigatoriamente pela construção da unidade peronista — uma responsabilidade que, agora, talvez recaia sobre as costas de Axel Kicillof. A Argentina, assim, observa atentamente: o futuro do país passa, mais do que nunca, pela capacidade de unir o peronismo. ■

*Paulo Pereira é jornalista brasileiro, mestre em Cinema, e vive na Argentina há 12 anos.



16/09/1931

Frente Negra Brasileira: Uma história de luta e resistência

Criada em São Paulo, a Frente Negra Brasileira luta contra a discriminação racial e de cor em lugares públicos. Seu objetivo é integrar os negros na sociedade nacional, inclusive na política oficial. Uma de suas ações será a denúncia dos hotéis, bares, barbeiros, clubes e departamentos de polícia que vetarem a entrada de negros. O jornal “A Voz da Raça” era o órgão oficial da frente, que começou a circular em março de 1933 com notícias sobre as lutas e conquistas dos negros no Brasil e no exterior.

Formada por funcionários públicos, trabalhadores subalternos e até desempregados, a instituição contava com departamentos jurídico-social, artístico, musical, esportivo, de saúde, de propaganda e de instrução. Mulheres participavam ativamente da entidade: a Cruzada Feminina se encarregava dos trabalhos assistencialistas, e as Rosas Negras organizavam bailes e festivais artísticos. Nos meses seguintes à fundação, abriu filiais no interior de São Paulo, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e Maranhão.



14/09/1973

Ulysses desafia: ‘navegar é preciso’

No mais ousado desafio político à ditadura até então, a Convenção Nacional do MDB lança o deputado Ulysses Guimarães “anticandidato” à Presidência da República e como vice o jornalista e ex-governador de Pernambuco Barbosa Lima Sobrinho. Não havia chance de vitória num Colégio Eleitoral em que a Arena tinha mais de 80% dos votos, mas a proposta era denunciar o regime ditatorial, a violação de direitos e a farsa eleitoral.

“Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que

homizava o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo; possibilita prisões desamparadas pelo habeas corpus e condenações sem defesa, profana a indivisibilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema”, disse Ulysses.

A plataforma era centrada na revogação do AI-5, no retorno do país ao Estado de Direito com liberdades democráticas e pela convocação de uma Assembleia Constituinte.



16/09/1984

Canavieiros fazem greve e levantam todo o Nordeste

Mais de 400 mil trabalhadores canavieiros de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte se mobilizam numa greve por melhores salários, condições de trabalho e pela estabilidade de delegados sindicais nas plantações e engenhos. Na Paraíba, onde a Polícia Militar apoiou a repressão montada pelos proprietários, o movimento durou dez dias. Organizada pelas Federações de Trabalhadores Rurais com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a greve foi vitoriosa nos três estados e for-

taleceu a organização dos trabalhadores do campo.

Os conflitos agrários na região vinham crescendo desde 1979, quando os canavieiros de Paudalho e São Lourenço da Mata (PE) realizaram a primeira greve desde o Golpe de 1964. No ano seguinte, outra paralisação envolveu todos os canavieiros de Pernambuco. No mesmo período aumentou a mobilização dos pequenos produtores rurais no país.

A organização dos trabalhadores enfrentou a violência dos proprietários de terra. Em 17 de

setembro, dois pistoleiros assassinaram o líder sindical Nonatinho, em Santa Luzia (MA). Cerca de 5 mil camponeses participaram do sepultamento do sindicalista, que se transformou em ato de protesto contra a violência.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br para memorialdademocracia.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Políticas Sociais



Centro de
Documentação e
Estudos Políticos
Sérgio Buarque
de Holanda